

**SOB A ÉGIDE DAS CORPORAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE
GOVERNANÇA SÓCIO-CORPORATIVA DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DO
PORTO DO AÇU.**

JESA MARIA RIBEIRO MARIANO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ

JUNHO – 2024

**SOB A ÉGIDE DAS CORPORAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE
GOVERNANÇA SÓCIO-CORPORATIVA DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DO
PORTO DO AÇU**

JESA MARIA RIBEIRO MARIANO

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências
do Homem - Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das
exigências para a obtenção do título de Mestre
em Políticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

**CAMPOS DOS GOYTACAZES- RJ
JUNHO – 2024**

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

M333

Mariano, Jesa Maria Ribeiro.

Sob a égide das corporações : uma análise dos projetos de governança sócio-corporativa desenvolvidos no entorno do Porto do Açú / Jesa Maria Ribeiro Mariano. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

94 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Marcos Antonio Pedlowski.

1. governança social corporativa. 2. Porto do Açú. 3. comunidades atingidas. 4. agricultores familiares. 5. desapropriação. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 361.61

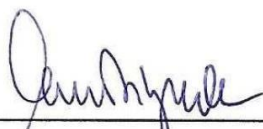
**SOB A ÉGIDE DAS CORPORAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE
GOVERNANÇA SÓCIO-CORPORATIVA DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DO
PORTO DO AÇU.**

JESA MARIA RIBEIRO MARIANO

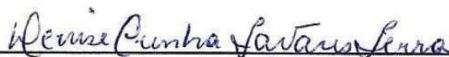
Dissertação apresentada ao Centro de Ciências
do Homem - Universidade Estadual do Norte
Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das
exigências para a obtenção do título de Mestre
em Políticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski

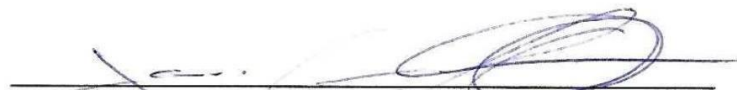
Aprovada em: 27/06/2024



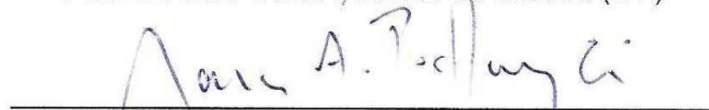
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Rezende (UENF)



Profa. Dra. Denise Cunha Terra (UENF)



Prof. Dr. Júlio Cezar Pinheiro de Oliveira (IFF)



Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski (UENF) - Orientador

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação é um marco significativo em minha vida, e só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas.

Primeiramente, agradeço a Deus pelo suporte espiritual e por me permitir acreditar na fé de que tudo dará certo, proporcionando-me serenidade ao longo desta jornada.

Agradeço também à Virgem Maria por sua intercessão e pelo conforto espiritual que me proporcionou nos momentos de dificuldade.

Aos meus pais, Romário e Fátima, minha eterna gratidão pelo amor incondicional, pelo suporte emocional e financeiro, e por sempre acreditarem no meu potencial. Sem o apoio de vocês, este projeto não teria se tornado realidade.

À minha mãe, Fátima, meu agradecimento por cuidar incansavelmente do meu filho e por dizer todas as verdades com amor. Sua dedicação e apoio foram fundamentais para que eu não desistisse dos estudos e concluísse esta dissertação.

Ao meu orientador, Professor Marcos Pedlowski, expresso minha profunda gratidão pela paciência com minhas faltas e por me corrigir cuidadosamente. Seu conhecimento e dedicação foram essenciais para a realização deste trabalho. Suas críticas construtivas e seu encorajamento constante me ajudaram a crescer como pesquisadora e como pessoa. Agradeço o bom humor, a estrutura do LEEA e o tempo dispensado a mim nesses anos de intensa formação.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado nos momentos de alegria e também nas dificuldades, oferecendo palavras de incentivo e ajuda. A amizade de vocês foi essencial para manter minha motivação e bem-estar durante todo o processo.

Aos membros da banca examinadora, agradeço por aceitar o convite e pela apreciação deste trabalho.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e ao "Bandejão" por fornecerem um ambiente e uma alimentação que me permitiram focar nos meus estudos sem preocupações adicionais.

Ao Jayson, agradeço pela ajuda essencial no desenvolvimento do artigo, contribuindo para a qualidade deste trabalho.

Finalmente, reconheço as limitações enfrentadas para concluir esta dissertação. Apesar dos obstáculos, cada desafio superado contribuiu para o meu crescimento acadêmico e pessoal. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação, meu muito obrigada.

SOB A ÉGIDE DAS CORPORAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE GOVERNANÇA SÓCIO-CORPORATIVA DESENVOLVIDOS NO ENTORNO DO PORTO DO AÇU

Resumo

O presente trabalho teve como objeto de estudo as ações de governança sócio-corporativa realizadas por empresas sediadas no Porto do Açú, um megaempreendimento que teve sua implantação iniciada em 2006. A criação do Porto do Açú resultou na remoção de centenas de famílias de agricultores familiares de suas terras a partir de um processo de desapropriação realizado pelo governo estadual do Rio de Janeiro. Após mais de uma década, a maioria das famílias ainda aguarda o ressarcimento financeiro devido pela tomada de suas terras pelo Estado. Em um aparente esforço de se distanciar dos custos sociais da implantação e funcionamento do Porto do Açú, as empresas que se instalaram no empreendimento iniciaram uma série de projetos voltados para supostamente beneficiar a população do V Distrito de São João da Barra. Esta pesquisa buscou avaliar se as estratégias de governança social corporativa (ESG) adotadas por empresas instaladas no Porto do Açú beneficiam os atingidos pela implantação e funcionamento do empreendimento ou se trataram apenas de discursos mercadológicos para atrair e manter acionistas. Para atender a este objetivo, a metodologia incluiu uma combinação de técnicas de coleta de dados. A análise dos resultados mostra que as ações de governança das empresas que integram o Porto do Açú não oferecem um suporte efetivo para as famílias atingidas pela implantação do empreendimento. Isto se dá pelo fato das empresas oferecerem projetos e ações pontuais nas localidades atingidas, que possuem um desempenho insuficiente para mitigar os danos causados pelas suas atividades. Na prática, as empresas responderam às demandas dos atingidos por um discurso supostamente ético, cidadão e socialmente responsável que acaba sendo uma forma de *social washing e greenwashing*. Nesse sentido, a pesquisa revelou que os programas de ESG não oferecem reparação dos danos e perdas causados aos atingidos pela implantação do Porto do Açú, resultando na perpetuação do descontentamento dos atingidos em relação ao empreendimento.

Palavras-chave: governança social corporativa, Porto do Açú, comunidades atingidas, agricultores familiares, desapropriação.

UNDER THE AEGIS OF CORPORATIONS: AN ANALYSIS OF SOCIO-CORPORATE GOVERNANCE PROJECTS DEVELOPED AROUND THE AÇU PORT

Abstract

This study focused on the socio-corporate governance actions carried out by companies headquartered in Porto do Açu, a mega-project that began to be implemented in 2006. The creation of Porto do Açu resulted in the removal of hundreds of families of small farmers from their lands through an expropriation process carried out by the state government of Rio de Janeiro. After more than a decade, most of the families are still awaiting financial compensation due to the seizure of their lands by the State. In an apparent effort to distance themselves from the social costs of implementing and operating Porto do Açu, the companies that set up in the project initiated a series of projects aimed at supposedly benefiting the population of the V District of São João da Barra. This research sought to assess whether the corporate social governance (ESG) strategies adopted by the companies that make up Porto do Açu benefit those affected by the implementation and operation of the project or whether they were merely marketing discourses to attract and retain shareholders. To fulfill this objective, the methodology included a combination of data collection techniques. The analysis of the results shows that the governance actions of the companies that make up the Port of Açu do not offer effective support to the families affected by the implementation of the project. This is because the companies offer specific projects and actions in the affected areas, which have insufficient performance to mitigate the damages caused by their activities. In practice, the companies responded to the demands of those affected with a supposedly ethical, civic and socially responsible discourse that ends up being a form of social washing and greenwashing. In this sense, the research revealed that the ESG programs do not offer compensation for the damage and losses caused to those affected by the implementation of the Port of Açu, resulting in the perpetuation of the discontent of those affected in relation to the project.

Keywords: corporate social governance, Açu Port, affected communities, family farmers, land expropriation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das empresas que integram o Porto do Açú	31
Figura 2 - Área total para a instalação do Porto do Açú X área ocupada	32
Figura 3 - Uso de força policial nas desapropriações.	33
Figura 4 - Localização dos agricultores familiares em São João da Barra	34
Figura 5 - Compósito das notícias divulgadas na página oficial do projeto Abraçu entre agosto de 2021 e março de 2024.....	45
Figura 6 - Vista geral da Vila da Terra e da estrada de acesso ao condomínio rural.	48
Figura 7 - Mosaico de fotografias da Feira Mostre-se em diferentes pontos.....	50
Figura 8 - Sede da RPPN Caruara com pinturas realçando elementos da fauna.....	51
Figura 9 - Imagens da audiência pública realizada na sede da Câmara de Vereadores no V Distrito de São João da Barra.....	53
Figura 10 - Estradas de acesso à localidade de Alto do Cardeiro (A) e à Vila da Terra (B).	58
Figura 11 - Faixa de areia próxima ao quebra-mar do Terminal 2 do Porto do Açú que se tornou uma área de lazer após a diminuição da faixa de areia na Praia do Açú em função de processo erosivo.....	59
Figura 12 - Evolução cronológica do CDL do Porto do Açú.....	60
Figura 13 - Mapa demonstrativo do itinerário de imagens realizado no V Distrito de São João da Barra para documentar possíveis mudanças ocorridas após a implantação do Porto do Açú	62
Figura 14 - Mosaico de fotografias retiradas da localidade de Alto do Cardeiro	62
Figura 15 - Mosaico de fotografias retiradas do sítio do Birica – V distrito.	63
Figura 16 - Mosaico de fotografias do processo de erosão da Praia do Açú – V distrito.....	64
Figura 17 - Mosaico de fotografias retiradas da Praia do Açú – V Distrito.....	65
Figura 18 - Mosaico de fotografias retiradas do espaço de convivência do Porto do Açú	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Instrumentos de divulgação das empresas que integram o Porto do Açu.	38
Quadro 2 - Compromissos e indicadores de governança sócio-corporativa identitficados com base nos relatórios anuais de sustentabilidade - 2022	40
Quadro 3 -Envolvimento das empresas atuando no Porto do Açu em projetos ou programas voltados para a população local	42
Quadro 4 - Principais problemas associados à implantação do Porto do Açu.....	57

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Parâmetros de desempenho do Projeto Abraçu entre 2017-2022 e 2017-2024	44
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PERMANÊNCIA DA DEPENDÊNCIA E DO SUBDESENVOLVIMENTO.....	5
1.1 A trajetória histórica das Políticas de Desenvolvimento econômico no Brasil: de Vargas ao Golpe Militar de 1964.....	6
1.2 – A Ascensão do Neoliberalismo: a saída do Estado como Motor do Processo de Desenvolvimento Econômico.....	8
1.3 O “Novo” desenvolvimentismo do Governo Lula	9
1.4 A Relação entre Neodesenvolvimentismo e Governança Corporativa.....	11
CAPÍTULO 2 – SOCIEDADE CIVIL E ESTADO E A QUESTÃO DA GOVERNANÇA EM TEMPOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL	15
2.1 - Uma Análise do Conceito Governança e as implicações da sua Apropriação pelas Corporações Capitalistas.....	18
2.2 Empresas como mediadoras diretas na relação com os atingidos e o lugar da racionalidade coreográfica na sua legitimação.....	22
2.3 O impacto do processo de globalização neoliberal sobre a produção de commodities e o aumento dos riscos de conflitos sociais	24
2.4 O lugar da governança sócio-corporativa na legitimação da imposição de uma nova lógica territorial no V Distrito de São João da Barra.....	26
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	29
3.1 Área de estudo.....	30
3.1.1 A expropriação das terras e a construção da Vila da Terra enquanto um simulacro de exemplo de reassentamento modelo	34
3.2 Estratégia de coleta de dados.....	35
CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	37
4.1. O perfil das empresas atuando no Porto do Açu e seus compromissos declarados com a governança sócio-corporativa.....	37

4.2 As Ações de responsabilidade social das empresas do Porto do Açú: a distância entre o publicizado e o executado	41
4.2.1. <i>O Abraço como um exemplo de extração de valor do trabalho sob a capa de valorização do voluntariado</i>	<i>43</i>
4.2.2. <i>O Programa Tutorial da Gás Natural do Açú</i>	<i>46</i>
4.2.3 <i>A Vila da Terra e a Feira do Porto: reforçando a imagem de um caso de sucesso</i>	<i>47</i>
4.2.4. <i>A Feira “Mostre-se”</i>	<i>49</i>
4.2.5. <i>A RPPN Caruara: de vitrine para recuperação ecológica para fonte de conflitos com a população local</i>	<i>51</i>
4.3. O reverso da medalha: a relação com o Porto do Açú a partir de quem vivencia o cotidiano do V Distrito	54
4.3.1. <i>A persistência da memória do processo de desapropriações de terras como elemento de geração de laços de cooperação.....</i>	<i>54</i>
4.3.2. <i>A participação nas ações de RSC: entre o ceticismo e o pragmatismo</i>	<i>56</i>
4.4. A vida no V Distrito após a chegada do Porto do Açú	56
4.5 A Falta de transparência e a participação restrita no Conselho de Desenvolvimento Local do Porto do Açú	60
4.6 Itinerário de perambulação no V Distrito de São João da Barra.....	61
CONCLUSÕES	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Marx (1974) afirmou que o capitalismo se caracteriza por ser um sistema econômico sustentado na usurpação da natureza e da riqueza coletiva. Assim sendo, as formas de dominação associadas ao capitalismo causariam impactos ecológicos à medida que persistisse o desperdício do trabalho humano e de recursos naturais. A crise ambiental que fica cada vez mais evidente no contexto das mudanças climáticas ameaça todas as espécies de vida da Terra. Essa crise tem raízes no funcionamento do sistema capitalista, o que tem levado a que aponte para a necessidade de que haja uma necessária transição do “capitalismo selvagem” para um “capitalismo natural” ou “capitalismo climático”(Foster, 2012).

A transição do século XIX para o século XX foi marcada pela formação de grandes corporações capitalistas que passaram a se posicionar como verdadeiros Estados Nacionais cujas atividades tiveram impactos diretos em todas as esferas da vida. Desde esta virada, o foco da análise sobre o impacto do funcionamento do sistema capitalista passou para as novas formas de ascensão das corporações capitalistas que se estabelecem com novos produtos de mercado, novas formas de organização da produção, com impactos sobre o uso da força de trabalho, causando guerras, derrubando governos, lideranças de movimentos sociais, causando desastres ambientais e outros conflitos (Torres, 2019). Por outro lado, é importante notar que todas as ações de autovalorização do capital sempre foram justificadas em torno do que seria a busca pelo progresso e pelo desenvolvimento econômico.

No Brasil a economia se estabeleceu a partir do extrativismo agrícola e mineral e experimentou um esforço de industrialização ao longo do século XX, mas sem se livrar da estrutura fundiária e da ordem política estabelecida pelo modelo colonial português. A dependência do modelo agro-exportador ficou ainda mais evidente durante o governo ultraliberal do presidente Jair Bolsonaro quando houve uma intensificação da exploração da natureza e do trabalho humano por meio de uma ampla abertura ao capitalismo global (Laschefski, 2021). Tal abertura foi justificada, mais uma vez, pela necessidade de desenvolvimento econômico nacional (Pontes, 2020).

Contudo, aparentemente preocupados com a imagem internacional do Brasil, lideranças empresariais ligadas ao agro-extrativismo brasileiro têm agido para suavizar o processo de desmantelamento do sistema de proteção ambiental que

estaria causando perdas significativas em relação a investimentos captados no exterior (Laschefski, 2021). A preocupação desses setores do empresariado aparentemente se dá pela repercussão negativa dos desastres socioambientais dos quais suas atividades são vistas como causadoras. Laschefski (2021) aponta que uma das ações adotadas pelo empresariado para melhorar a imagem dessas atividades tem sido a adoção de mecanismos relacionado à chamada Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que é baseada em critérios de *Environmental, Social and Governance* (ESG).

Desta forma, empresas que atuam em áreas que são apontadas como degradadoras da natureza tem procurado adotar o discurso da sustentabilidade como uma vantagem competitiva. Segundo Torres (2019), as estratégias para resolver as consequências negativas dos problemas socioambientais dentro da lógica da RSC incluem relatórios, seminários, fóruns, encontros, estratégias de intervenção social, parcerias público-privadas, e cursos de capacitação. Desta forma, as ações de RSC se tratariam de uma nova modalidade de intervenção na questão social em um contexto de crise do sistema capitalista e da reforma neoliberal do Estado. A tentativa que aparece como óbvia é a de estabelecer consenso entre a sustentabilidade do capitalismo contemporâneo e o mundo dos negócios, utilizando para isso recursos privados de empresas interessadas em manter sua imagem corporativa relativamente imune às críticas que possam comprometer suas margens de lucro.

De forma complementar, o Estado se articula com as empresas supostamente parceiras para viabilizar um elusivo modelo de desenvolvimento sustentável e de combate à desigualdade social como solução para os problemas causados pelo funcionamento das mesmas sobre o espaço e as populações que nele vivem e se reproduzem (Torres, 2019). Por conseguinte, empresas parceiras do Estado transformam pautas importantes em exigências de mercado e divulgam um discurso ético, cidadão e socialmente responsável. Este discurso corporativo as coloca então como promotoras de direitos sociais aos indivíduos em substituição ou concomitante com o Estado. Já as empresas - de pequeno a grande porte - estão envolvidas em ações sociais e incluindo em suas agendas pautas de responsabilidade social. Por outro lado, reconhecimento e visibilidade institucional, aparecem por meio de prêmios e certificações. A busca por esses “selos de qualidade” acarreta importantes retornos econômicos para as empresas.

Para entender o que está por trás deste arranjo entre o Estado e grandes corporações econômicas, na primeira parte desta pesquisa será feita uma apresentação do conceito de desenvolvimento, seguindo o contexto histórico brasileiro. Posteriormente, serão apresentadas as estratégias do chamado Neodesenvolvimentismo, seus investimentos em megaempreendimentos, destacando as empresas que foram apontadas como “campeãs nacionais”. Dando continuidade, o capítulo seguinte será abordado o que significa Governança Social Corporativa e o que está por trás dessa ação empresarial. O capítulo três abordará a metodologia de coleta, enquanto que o capítulo quatro apresentará os resultados da pesquisa.

O presente estudo foi realizado no Porto do Açu, um empreendimento que, apesar de ser privado, obteve o apoio de múltiplas fontes de financiamentos públicos e formas diversas de suporte do Estado para sua viabilização. Uma dessas formas explícitas de apoio do Estado veio pela desapropriação de terras operada no V Distrito do município de São João da Barra para a instalação de um distrito industrial. Esse processo de desapropriação atingiu diretamente e indiretamente em torno de 1.500 famílias de agricultores familiares e um número desconhecido de pescadores artesanais (AGB, 2011). Além disso, a implantação do Porto do Açu resultou em impactos ambientais notáveis, a começar pelo processo de salinização de águas continentais que ocorreu por falhas técnicas no sistema de drenagem criado para fazer retornar ao oceano águas salgadas armazenadas nos diversos aterros hidráulicos construídos na fase inicial de implantação do empreendimento (Vilani, Cruz & Pedlowski, 2021). Os conflitos sociais e os problemas ambientais que foram associados à implantação do empreendimento fizeram com que o Porto do Açu sofresse um sério processo de desgaste em sua imagem corporativa, tanto à nível nacional como internacional.

Em um esforço para aliviar esse processo de desgaste de imagem, os controladores do Porto do Açu e as empresas que estão em funcionamento em seu interior deram início a uma série de ações corporativas para supostamente mitigar eventuais danos que suas atividades possam ter causado à população do V Distrito e no meio ambiente. O presente estudo foi desenvolvido para analisar as ações de governança corporativa das empresas instaladas no Porto do Açu, particularmente no tocante aos impactos da adoção de mecanismos de RSC sobre a população que vive nas localidades do entorno imediato do Porto do Açu.

De modo a orientar o processo de coleta e análise de dados, a seguinte questão de pesquisa, objetivo geral e dois objetivos específicos foram utilizados para orientar o processo de coleta e análise de dados:

Questão de Pesquisa

- Até que ponto a adoção de ações orientadas pelos parâmetros de responsabilidade social corporativa pode servir para substituir a ação do Estado em prol das comunidades atingidas pela instalação de grandes projetos portuários?

Objetivo Geral

Avaliar se as estratégias de governança corporativa adotadas pelas empresas que integram o Porto do Açu beneficiam os atingidos pela implantação e funcionamento do empreendimento.

Objetivos Específicos

- verificar se as práticas realizadas pelas empresas atuando no Porto do Açu substituíram a ação do Estado no sentido de mitigar os impactos sociais e ambientais trazidos pela instalação do empreendimento.

- Avaliar se os programas/projetos adotados para minimizar os efeitos negativos trazidos pela implantação do Porto do Açu cumpriram o papel de reparação que são propaladas pelas empresas.

CAPÍTULO 1 – A BUSCA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PERMANÊNCIA DA DEPENDÊNCIA E DO SUBDESENVOLVIMENTO.

A reflexão sobre o conceito de desenvolvimento é necessária para que se possa entender os entraves que impedem o avanço do sistema produtivo e, conseqüentemente, a solução dos problemas fundamentais de uma dada população. Desta forma, é importante entender o desempenho das políticas públicas voltadas para garantir o processo de desenvolvimento econômico, bem como o contexto histórico em que se deu a evolução do capitalismo no Brasil. Para dar sentido para esta reflexão, uma síntese dos principais temas relacionados ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro foi realizada, destacando os principais pontos de sua evolução histórica.

Sampaio (2012) considera o desenvolvimento um conceito vago, e que é geralmente aplicado para entender os desafios dos sistemas econômicos da América Latina cuja maioria dos países permanecem em um círculo de dependência e subdesenvolvimento. O foco proposto por Sampaio seria acerca da necessidade de entender os obstáculos que impedem o avanço das forças produtivas e, conseqüentemente, a dissolução dos conflitos existentes. O objetivo principal do desenvolvimento seria criar bases materiais, sociais e culturais para que as sociedades nacionais sejam capazes de controlar o processo de crescimento da economia capitalista. Visto como uma “arma ideológica das forças econômicas e sociais”, o processo de desenvolvimento seria uma utopia ou, ainda, um mito (Furtado, 1974).

Neste sentido, os ideais desenvolvimentistas se apoiavam na aposta em “mudanças estruturais” que superassem o processo de subdesenvolvimento. As hipóteses que davam sustentação a tais ideais implicavam na necessidade de adoção de políticas de enfrentamento do imperialismo, as quais buscariam a superação do “desenvolvimento desigual e combinado” (Sampaio, 2012). Este desenvolvimento “desigual e combinado” implicaria na formação de estruturas heterogêneas, e acarretariam ainda uma compreensão de que os entraves que atrapalham o desenvolvimento capitalista nacional seriam o resultado de “contingências históricas” que poderiam ser suplantadas pela “vontade política” nacional. Sob a ótica dos ideais desenvolvimentistas, a hegemonia do capitalismo multinacional seria superada a partir de mudanças de grande envergadura que integrassem a população nos proventos do

progresso técnico. De acordo com esse pensamento, tais mudanças seriam proporcionadas pelo comprometimento da burguesia em enfrentar a situação de dependência e subdesenvolvimento. (Sampaio, 2012).

Outro fator associado à formação da sociedade nacional e ao avanço no progresso técnico foi o processo de industrialização como avanço nos projetos nacionais (Sampaio, 2012). Neste sentido, a falência posterior do projeto desenvolvimentista teria sido condicionada pela crise do modelo de industrialização por substituição de importações que, contraditoriamente, esteve articulado aos interesses das indústrias transnacionais controladoras de novos mercados internacionais dependentes. (Torres, 2019).

Neste contexto de insuficiência das políticas desenvolvimentistas é que se deu o golpe militar de 1964 que pôs fim aos ideais desenvolvimentistas e solidificou a característica dependente do capitalismo brasileiro. A partir do golpe militar é que se reforçou uma estrutura econômica marcada pela dupla articulação - dependência externa e segregação social (Sampaio, 2012). Nesse sentido, é importante ressaltar que a estrutura econômica brasileira ficou marcada por essa dupla articulação que desencadeou um vazio socioeconômico na estrutura econômica no Brasil. (Torres, 2019).

1.1 A trajetória histórica das Políticas de Desenvolvimento econômico no Brasil: de Vargas ao Golpe Militar de 1964

A partir do início do Século XX o Brasil passou a adotar políticas que tinham como objetivos manifestos alavancar o progresso e o desenvolvimento econômico nacional. A implantação de políticas pró-desenvolvimento começou no primeiro governo de Getúlio Vargas. Leopoldi (2003 apud Alvarenga 2013) ressaltava que o governo de Getúlio Vargas impulsionou o desenvolvimento industrial do país mesmo em um contexto de turbulências em face da crise capitalista de 1929. O governo provisório de Vargas, que teve início em 1930, passou a adotar mudanças nas políticas econômicas nas quais o Estado era o principal condutor. Desta forma, o governo Vargas deu abertura a uma nova etapa na economia brasileira, dando início ao processo de industrialização que visa superar o atraso econômico, a partir do controle da produção e da comercialização dentro do próprio país (Pandofi 2003 apud Alvarenga 2013).

Nesse sentido, a chamada Era Vargas foi marcada pela atenção dada ao mercado interno, a abolição de impostos interestaduais, a padronização do sistema tributário e um grande estímulo à industrialização, por meio da adoção das políticas que visam implantar um sistema de substituição das importações por produtos fabricados no Brasil. Entre as prioridades do Governo Vargas estava a superação do atraso, a transformação do Brasil em uma economia desenvolvida e a modernização das políticas públicas. Neste período ocorreram transformações políticas, econômicas e sociais. (Alvarenga, 2013)

Deste modo, visando acelerar o desenvolvimento industrial do país, Vargas criou órgãos responsáveis por estudos e programas de desenvolvimento, incentivando a industrialização. Entre as ações do segundo governo Vargas (1951- 1954) estavam o Plano Lafér que, na prática era um plano nacional de reaparelhamento econômico que buscava atrair investimentos que seriam utilizados no desenvolvimento da indústria de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização da agricultura. (Alvarenga, 2013). A partir do Plano Lafer houve a criação do Fundo de Reaparelhamento Econômico, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BDNE) (Ianni, 1979). Em função disso, as ações de governo resultaram na ampliação da industrialização e do setor de serviços, mas acarretaram transformações sociais e acirramento da luta de classes.

Em 1952, após o suicídio do presidente Getúlio Vargas, o cenário brasileiro ficou marcado por um período de crise e intensificação do acirramento dos conflitos sociais. O presidente Juscelino Kubitschek assumiu o governo em 1956 com promessas de desenvolver a economia brasileira de forma mais rápida. Em função desse objetivo manifesto, a elaboração do Plano de Metas tinha como mote impulsionar a economia do Brasil em “50 anos em 5”, acelerando o processo de industrialização, impulsionando o setor privado nacional e estrangeiro com recursos do sistema econômico pré-existente. (Alvarenga, 2013).

O Plano de Metas se deu como marco importante da participação direta do Estado no crescimento da economia brasileira, com estratégias que expandiram o capitalismo dependente (Ianni, 1979). Entretanto, apesar dos esforços do Governo JK, os anos foram de crise e instabilidade financeira, na medida em que o investimento externo (i.e., a entrada de capitais) e a taxa de lucros diminuíram, o que acabou ocasionando a ocorrência de um forte processo inflacionário.

A crise iniciada no governo de JK acabou tendo como corolário a implantação de um governo militar a partir do golpe realizado contra o presidente João Goulart em 1964. A partir do golpe, os militares (sob a liderança do general Castelo Branco) se propuseram a instalar um novo modelo de desenvolvimento econômico. Dentre as ações adotadas pelo governo militar as principais medidas eram voltadas para a redução da inflação, a criação de estímulos para entrada de capitais e tecnologia estrangeira, a modernização de estruturas urbanas, das indústrias petroquímicas, bem como a dinamização da economia na Amazônia brasileira (Ianni, 1979). O Plano de Ação Econômica (PAEG) formulou ações para esse período assim como a criação do Banco Central (BACEN). As reformas financeiras deste período (1964 a 1974) ficaram conhecidas como “Milagre Econômico” marcado pela estabilidade financeira e elevação da produção e consumo interno (Singer, 1987 apud Alvarenga, 2013).

Dando continuidade ao processo de crescimento econômico e eliminação dos supostos entraves que impediriam a elevação do Brasil ao posto de potência econômica, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) com foco no setor energético, siderúrgico e petroquímico. (Alvarenga, 2013) De forma bem explícita, os militares buscavam superar o modelo dependente anteriormente pré-estabelecido por meio da ampliação da base energética. Sampaio (2012) argumenta que esta mudança na base estrutural da economia brasileira era uma espécie de expressão utópica do desenvolvimento econômico com face brasileira.

1.2 – A Ascensão do Neoliberalismo: a saída do Estado como Motor do Processo de Desenvolvimento Econômico

O fim do regime militar em 1985 marcou um abandono da aposta no Estado como motor do processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a expansão da ideologia neoliberal nas economias centrais, principalmente Reino Unido e EUA, rapidamente teve efeitos sobre as políticas econômicas adotadas nos países da periferia capitalista. Assim, as novas bases para o desenvolvimento econômico foram estabelecidas a partir do chamado “Consenso de Washington” cuja receita seria uma abertura irrestrita das economias nacionais para as corporações globais que passaram a ser apresentadas como promotoras mais eficientes do desenvolvimento econômico. A adoção do “Consenso de Washington” acarretou em um rompimento com o modelo estabelecido no Brasil a partir de 1930, o que resultou no fim da

estrutura que sustentava as políticas de desenvolvimento industrial.

Alvarenga (2013) ressalta que a década de 1990 foi marcada pela implantação de uma nova ordem que desfez os laços políticos e econômicos até então existentes. Mesmo com a implantação da Constituição de 1988 o quadro social do país pouco se alterou, alargando a diferença entre o Brasil e os países desenvolvidos. (Boschi e Diniz, 2007). Assim, o foco estabelecido nas novas políticas de estabilização econômica, privatização e liberalização comercial não foram capazes de superar a incapacidade histórica de reduzir os níveis de exclusão social. Os dois governos da chamada Nova República (Tancredo Neves/ Sarney e o Governo Collor) ficaram conhecidos pelo desastre dos planos econômicos que elevaram ainda mais a inflação. A adesão do Plano Real findou a cultura inflacionária anteriormente estabelecida e caminhou no sentido do estabelecimento de uma política econômica em busca do equilíbrio macroeconômico (Erber, 2011).

A adoção do Plano Real e das medidas ofereceu suporte para o governo FHC implantar reformas econômicas visando o fortalecimento do mercado e mudanças institucionais. Tais reformas concluíram o "desmonte da Era Vargas" dando segurança à estratégia neoliberal como rumo certo ao desenvolvimento (Boschi e Diniz, 2007). No entanto, a partir de 2001 começaram a surgir questionamentos sobre o projeto neoliberal do governo FHC. Tais questionamentos se davam com base em uma crítica aos impactos sociais causados, tais como desemprego, recessão, diminuição do número de empregos e outros. Boschi e Diniz (2007) ressaltam que ficava explícita a necessidade de estabelecer um projeto de desenvolvimento de cunho social, preservando a estabilidade financeira, combatendo a desigualdade e a exclusão social. A proposta de um novo modelo de desenvolvimento retornou ao centro dos debates, e teve como resultado a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002.

1.3 O “Novo” desenvolvimentismo do Governo Lula

O Neodesenvolvimentismo é considerado um fenômeno recente no contexto histórico brasileiro, tendo surgido na primeira metade dos anos 2000 sendo considerada uma nova tendência do pensamento econômico entre duas vertentes de destaque: a monetarista - de cunho neoliberal - e a desenvolvimentista - braço esquerdo da ordem (Sampaio, 2012). A estratégia do Neodesenvolvimentismo se deu com base em uma amálgama dos aspectos positivos do velho desenvolvimento

somado aos supostos aspectos positivos do Neoliberalismo. Olhando por essa perspectiva, a junção dos aspectos positivos deveria resultar em crescimento e desenvolvimento e consequentemente o enfrentamento dos problemas da população, sem que isso implicasse em um retorno do Estado como principal agente do crescimento econômico nacional (Sampaio, 2012). Seguindo Sampaio, o Neodesenvolvimentismo ignorava a dimensão negativa do desenvolvimento capitalista, acreditando que seria capaz de unir crescimento e equidade. Ocorre que os pontos que determinariam o avanço da economia nacional são descartados pelo olhar do Neodesenvolvimentismo, o que impede o avanço no processo de mudança.

Para Sampaio (2012), ao ignorar os esforços realizados nos governos anteriores, o Neodesenvolvimentismo despencou em uma forma “vulgar de reducionismo economicista”, renunciando na prática ao processo de desenvolvimento. Uma das principais ferramentas do Neodesenvolvimentismo foi o chamado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi inicialmente adotada em 2007, enquanto uma estratégia integrada visando alavancar o desenvolvimento econômico nacional. Na prática, o PAC implica na realização de grandes investimentos estatais para garantir a realização de grandes investimentos na infraestrutura de transportes e logística em todo o território brasileiro. A implantação do PAC se deu com aportes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs). As PPPs são concessões do direito de explorar os empreendimentos ao setor privado, no que implicou no estabelecimento de parcerias entre o Estado e empresariado.

Em 2011 foi dado o início à segunda fase do PAC durante o governo da presidente Dilma Rousseff. Na prática, o PAC 2 deu continuidade ao que havia sido iniciado na sua fase 1, com acréscimo de três eixos e obras de infraestrutura social, urbana, ações de saúde e educação e grandes investimentos em infraestrutura energética. (Verdum, 2012). De acordo com Latini (2016), o PAC beneficiou 40.000 empreendimentos em todo o Brasil, incluindo as obras do trecho sul da Ferrovia Norte Sul, e a construção das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte na região amazônica (28,9 bilhões); bem como o início da implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro e a construção da Refinaria Premium, no Maranhão.

No contexto de valorização do capital nacional, os postulados do chamado Neodesenvolvimentismo apareceram como uma “nova” estratégia de desenvolvimento

nacional, com forte intervenção do Estado, objetivando reduzir desigualdades sociais, aumentar a oferta de empregos e taxas de crescimento econômico. Neste sentido, a aposta era de que sendo esses objetivos alcançados, haveria um aumento da competitividade da indústria nacional no mercado global, principalmente a partir da exportação de bens manufaturados e produtos primários de valor agregado. Assim, a inserção do Brasil na economia global por meio do aumento de suas exportações seria uma maneira de alcançar o nível de desenvolvimento dos países centrais (Milanez; Santos, 2013).

A adoção do modelo Neodesenvolvimentista coincidiu com um período em que o Brasil experimentou taxas de crescimento econômico, mas as atividades de cunho internacional trouxeram poucos benefícios sociais, e impactos negativos sobre as populações que viviam nos locais escolhidos para a instalação de grandes projetos (Fearnside e Laurance, 2012). Esse é o caso do Porto do Açu, que se tornou um palco de destaque para a ocorrência de conflitos, principalmente no tocante ao processo de desapropriação de propriedades pertencentes a agricultores familiares e aos impactos ambientais que ocorreram em função da sua implantação. Dentre os principais impactos advindos da implantação do Porto do Açu podem ser citados: a flexibilização da legislação relacionada ao processo de licenciamento ambiental; o uso das forças policiais para fazer a remoção das famílias de agricultores que tiveram suas terras expropriadas pelo governo do Rio de Janeiro, e a ocorrência de fortes impactos ambientais que incluíram a remoção da vegetação de restinga, a salinização de águas superficiais, e a ocorrência do processo de erosão costeira.

1.4 A Relação entre Neodesenvolvimentismo e Governança Corporativa

O conceito de *Environmental, Social and Governance* (i.e., *Governança Social e Ambiental*) (ou simplesmente ESG) passou a se popularizar a partir de sua adoção em 2004 por instituições financeiras, internalizando conceitos de responsabilidade ambiental, social e de governança. O foco manifesto da ESG é estabelecer a sustentabilidade no campo empresarial. (Gillan; Koch; Starks 2021). Nesse sentido, a ESG se referiria às práticas empresariais que supostamente visam integrar questões ambientais, sociais e de governança nos modelos de negócios. Já o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (ou simplesmente RSC) se refere às atividades das corporações no que diz respeito às mesmas serem mais socialmente

responsáveis. Os dois conceitos se diferem, uma vez que RSC inclui questões de governança indiretamente, enquanto que o termo ESG é mais abrangente em questões do que constituiria a governança corporativa (Gillan; Koch & Starks, 2021).

Por sua vez, Torres (2019) considera responsabilidade social um termo polissêmico e de difícil definição. Essa dificuldade em precisar as definições traz equívocos inclusive para as corporações, que confundem responsabilidade social, investimento social e aplicações sociais. Desta forma, é importante notar que o conceito de governança é utilizado de forma bastante generalizada. Na década de 1970, “governança” tinha o significado de “governar”, enquanto que atualmente este conceito é utilizado para caracterizar uma nova forma de governar, e que difere dos modelos anteriormente utilizados. Desta forma, em sua forma atual, governança remete a um modelo não hierárquico de governo, no qual diversos atores participam na formulação e implementação de políticas públicas e ações de responsabilidade social. (Jacobi e Sinisgalli, 2012). Mathis (2012) afirma que o relatório europeu *Rhetoric and Realities: Analysing Corporate Social Responsibility in Europe* (RARE, 2005), considera que o conceito de RSC assume, pelo menos, três perspectivas: a) a da responsabilidade social dos negócios; b) a da sociedade e a do estado; e c) a dos stakeholders.

No Brasil, no final do séc. XX foi possível observar que a ideia da Responsabilidade Social Corporativa adquiriu um forte apelo no meio empresarial, sendo traduzida como o conjunto de atividades que a empresa realiza para atender, internamente, as necessidades dos seus empregados e dependentes e, externamente, as demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, desenvolvimento comunitário e preservação do meio ambiente (Cezar, 2007). O crescimento progressivo das empresas em ações voluntárias de intervenção social juntamente com ações corporativas adquiriu destaque, e atualmente, este cenário de envolvimento de empresas em ações voltadas para resolver problemas existentes em uma dada sociedade é marcado pelo reconhecimento e visibilidade social, premiações, selos sociais ou ecológicos, e de controle de qualidade. (Torres, 2019). Mathis (2012) aponta que o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi criado para auxiliar as empresas em seus negócios de forma socialmente responsável, sendo que dentre os indicadores de divulgação do Balanço Social pode-se destacar o chamado *Global Reporting Initiative* (GRI).

O fato é que a ideia de sustentabilidade, governança e responsabilidade social foi incorporada nas estratégias comerciais e no marketing de um grande número de empresas. Dentre este tipo de “selo de garantia” é possível destacar como exemplos os casos da AS8000 (achamada Norma Internacional de Responsabilidade Social, que foi criada em 1997), a ISO26000 (a Norma Internacional para Responsabilidade Social, que foi criada em 2010) e a ISO14000 (a Norma de Certificação Ambiental) (Torres, 2019).

A revisão da literatura realizada indicou que existem pelo menos três tipos de prática de responsabilidade social, que seriam as seguintes a) as assistencialistas e filantrópicas que estão relacionadas às obrigações legais e que defendem práticas desconectadas das atividades organizacionais da empresa (exemplo: doações de alimentos); b) as de RSC que não se restringem ao assistencialismo e à filantropia, e que estão relacionadas com a reputação e a imagem da empresa, difundidas através de um código de conduta onde prevalecem determinados valores morais defendidos pela empresa; e c) as de RSC que estão relacionadas a uma maneira de fazer negócio, aproveitando oportunidades, produzindo soluções inovadoras, gerando valor para os acionistas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (Mathis e Mathis 2012).

Na presente dissertação, o foco da análise se concentrou no funcionamento de iniciativas empresariais que preveem a participação de *stakeholders*, as chamadas partes interessadas, dentre os quais não estão incluídos apenas segmentos ligados às empresas, mas também aos que eventualmente são atingidos pelos efeitos negativos das atividades que as mesmas realizam. O V Distrito de São João da Barra é uma área em que as ações de governança corporativa e ambiental podem ser avaliadas, na medida em que ali persistem efeitos do processo de expropriação de terras realizado para garantir a construção do Porto do Açu, bem como aqueles que foram originados durante a implantação e funcionamento do empreendimento. Além disso, em um contexto em que não houve reparação dos danos causados aos atingidos pela implantação do Porto do Açu, principalmente no que se refere à desapropriação das terras, empresas que se instalaram no interior do Porto do Açu iniciaram a implantação de uma série de projetos cujas atividades são apresentadas como sendo ações de responsabilidade social.

Por outro lado, o termo “atingido” será utilizado para caracterizar os membros da população que sofrem os impactos da implantação do Porto do Açu que, em sua

maioria, continua vivendo em localidades existentes no V Distrito de São João da Barra. Aqui o conceito de atingido abrange pessoas, famílias e comunidades, entre outros, impactados pela implantação e operações ocorrendo no Porto do Açú. Para Vainer (2008), a noção de atingido diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos que incluem o direito ao ressarcimento, indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária de danos que tenham sido causados direta ou indiretamente pela implantação e funcionamento de um dado empreendimento.

CAPÍTULO 2 – SOCIEDADE CIVIL E ESTADO E A QUESTÃO DA GOVERNANÇA EM TEMPOS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

Ao longo deste capítulo será feito um esforço para apresentar as várias dimensões da interação entre o Estado e a Sociedade Civil, desde a colaboração na prestação de serviços sociais até os conflitos decorrentes de diferenças políticas que marcam os diferentes atores que atuam na interface entre estas duas esferas e no interior de cada uma delas. Um fato que normalmente é reforçado quando se analisa essa interação é que a mesma é marcada por relações complexas e multifacetadas, ocorrendo ao longo de um contínuo que oscila entre a colaboração e a oposição franca.

Apesar de ter uma existência relativamente tão antiga quanto à do Estado, o conceito de Sociedade Civil reemergiu como um tema central nos debates contemporâneos acerca da necessidade de democratização do Estado, especialmente no que se refere aos esforços em prol do desenvolvimento econômico e do estabelecimento de formas democráticas de governo após o fim da URSS. No caso da América Latina, Pedlowski (2001) afirma que o conceito de Sociedade Civil passou a ser utilizado a partir anos de 1970 por causa da instauração de regimes militares em diversos países da região, a começar pelo Brasil. Assim sendo, neste contexto de governo militar que a chamada Sociedade Civil virou sinônimo de resistência democrática. Mas foi a partir do final da experiência do Socialismo real na URSS que houve um ressurgimento do interesse nas possibilidades democratizantes da Sociedade Civil em nível global. Desta forma, a interação entre a Sociedade Civil e o Estado é um tema de grande relevância para que possa compreender a dinâmica política, social e econômica contemporânea.

É importante estabelecer definições claras dos termos "Sociedade Civil" e "Estado". A Sociedade Civil se refere ao conjunto de organizações, grupos e indivíduos que existem fora do âmbito do controle do Estado, e que buscam promover interesses comuns, participar ativamente na vida política e social e influenciar as decisões públicas. Por sua vez, o Estado é a estrutura política e institucional que detém o poder soberano sobre uma determinada área geográfica, exercendo autoridade para governar, legislar e administrar os assuntos públicos (Lopez, 2018).

Segundo (Lima, Fontes & Souki (2022), a Sociedade Civil teria como um dos papéis fundamentais colocar em questão o limite das ações do Estado, especialmente

em circunstâncias em que exista um processo de restrição das liberdades democráticas. Nesse sentido, organizações da Sociedade Civil (e.g., organizações de defesa dos direitos humanos, movimentos sociais) seriam chamadas a exercer pressão sobre o Estado no sentido de garantir transparência, responsabilidade e respeito a direitos fundamentais dos cidadãos. Em função disso é de se esperar que essa interação nem sempre seja harmoniosa, e com o surgimento de tensões e conflitos quando os interesses da Sociedade Civil entrarem em conflito com as políticas e decisões do Estado, ou quando o Estado decide agir para restringir indevidamente a liberdade de expressão e organização dos grupos da Sociedade Civil.

A obra de Alexis de Tocqueville é frequentemente citada como tendo especial importância nos debates sobre a relação entre o Estado e a Sociedade Civil. A partir da sua vivência na guerra de independência dos Estados Unidos, Tocqueville (2016) chamou a atenção para os perigos políticos trazidos por um Estado universal demasiado poderoso. Em função disso, Tocqueville via o Estado como um meio perigoso de preservar a liberdade porque poderia exceder a sua função adequada e tornar-se esmagadoramente tirânico mesmo quando procurasse fornecer serviços. Assim, Tocqueville argumentava que os mecanismos para prevenir o monopólio do poder por parte do Estado seriam proporcionados pelo crescimento e desenvolvimento das associações civis. Segundo Tocqueville, o governo exige cidadãos com certas aptidões e auxilia na sua geração. Nesse sentido, Tocqueville afirmava que as associações voluntárias também ajudariam de forma importante nesse processo.

As expectativas em torno do poder moderador da Sociedade Civil sobre o Estado receberam uma profunda crítica por parte de Karl Marx que a via não como um mecanismo de contenção, mas parte integrante do processo de opressão da classe trabalhadora. Marx entendia Sociedade Civil como uma expressão da corrupção dos laços sociais naturais, na medida em que em seu interior, as relações sociais seriam usadas e vistas apenas instrumentalmente em prol do sistema de exploração capitalista (Gouldner, 1980). Com isso, as expectativas estabelecidas em relação ao poder moderador da Sociedade Civil acabaram sendo deslocadas para fora dos debates centrais sobre como conter o poder do Estado capitalista sobre os trabalhadores.

Um dos principais responsáveis pela retomada da Sociedade Civil enquanto um instrumento potencialmente útil para estabelecer formas de enfrentamento com o Estado foi o filósofo italiano Antônio Gramsci. Gramsci destacou que a Sociedade Civil

deveria ser compreendida com um campo de disputa, visto que também em seu interior existiriam relações de hegemonia que visariam estabelecer a supremacia dos interesses de determinados segmentos sobre outros. Nesse sentido, Gramsci (2000) argumentou que “o exercício ‘normal’ da hegemonia se caracterizaria pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tenta fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, que, por sua vez, seria expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados”.

No entanto, o ressurgimento da Sociedade Civil serviu mais ao propósito de justificar a saída do Estado de áreas em que poderia supostamente ser substituído pelas chamadas organizações não governamentais (ONGs). De acordo com Landim (1998), as ONGs cumpririam duas funções na redução da atuação do Estado: por um lado, elas poderiam exercer papéis de controle, proposição e cogestão, enquanto que por outro, aparecem como substitutas do Estado, especialmente no contexto criado pelas reformas neoliberais. Em função disso, especialmente a partir da década de 1990 tem se observado uma mudança não mais na Sociedade Civil enquanto um ente genérico, mas que serve para legitimar a ascensão do que vem a ser chamado de “Terceiro Setor” que passou a absorver a ideologia de minimização das responsabilidades sociais do Estado.

No entanto, é importante notar que a definição do que seria o Terceiro Setor não é livre de controvérsias teóricas. Segundo Corry (2010), o Terceiro setor não é adequado para definições singulares por ser, por natureza, indisciplinado. No entanto, diferentes definições ou teorizações podem ser identificadas, oferecendo diferentes visões sobre o que o compõe e o que é excluído da composição do Terceiro Setor. Corry acrescenta que uma visão desenvolvida nos EUA que define o Terceiro Setor como um setor separado do Estado, e que é caracterizado por englobar organizações privadas, sem fins lucrativos, e voluntárias. Por outro lado, Corry aponta que também existe uma definição “europeia” que aponta o Terceiro Setor como sendo um fenômeno híbrido que combina e liga outros setores, como o estatal e o de mercado (o que permite a entrada de empresas sociais e de organismos estatais [de bem-estar]).

2.1 - Uma Análise do Conceito Governança e as implicações da sua Apropriação pelas Corporações Capitalistas.

Um primeiro elemento a se destacar é que o conceito de governança é utilizado de forma bastante generalizada desde a década de 1970, quando o seu emprego tinha o significado de “governar”, enquanto que atualmente o mesmo é utilizado para caracterizar uma nova forma de governar, e que diferiria dos modelos de governo anteriormente utilizados. Jacobi e Sinisgalli (2012) argumentam que, em sua forma atual, governança remete a um modelo não hierárquico de governo, no qual diversos atores participam na formulação e implementação de políticas públicas e ações de responsabilidade social. Por sua vez, Gainer (2010) argumenta que as seguidas crises econômicas e o consequente enfraquecimento de muitos governos ao redor do mundo empurraram as corporações capitalistas para participar de novos arranjos de governança, tanto em parcerias com entidades do terceiro setor como por participação em redes, o que causou uma reconfiguração na relação entre estas partes, e delas com os governos.

O conceito de governança socioambiental (GSA) foi popularizado dos anos 2000 quando instituições financeiras passaram a utilizá-lo sob o mote de internalizar critérios de responsabilidade ambiental, social e de governança nos projetos que seriam escolhidos para serem financiados. Segundo Gillan, Koch & Starks (2021), o argumento em torno do acolhimento da ESG pelas instituições financeiras seria estabelecer a sustentabilidade no campo empresarial. Nesse sentido, a ESG se referiria às práticas empresariais que, em tese, visam integrar questões ambientais, sociais e de governança aos seus modelos de negócios. Já o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (ou simplesmente RSC) se refere às atividades realizadas pelas corporações para que suas ações sejam socialmente responsáveis. Carrol (1999) afirma que a RSC se desenvolveu a partir da década de 1960, sendo que na década de 1970 a temática ganha novas nomenclaturas como Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Desempenho Social Corporativo (DSC).

Finalmente, a partir de 1990 ocorreu uma nova transição no entendimento da RSC que se estendeu para outros temas, tais como a teoria dos *stakeholders*, a ética nos negócios, o desempenho social corporativo e a cidadania corporativa. Gillan e colaboradores argumentam que os GSA e RSC se diferem, na medida em que a GSA seria mais abrangente do que as questões relacionadas estritamente aos mecanismos

de governança interna das corporações, enquanto que a RSC incluiria as questões de governança apenas indiretamente.

Por sua vez, Torres (2019) considera que a RSC é um conceito polissêmico e de difícil definição, e que essa dificuldade traz equívocos inclusive para as corporações, que confundem questões bastante diferentes, envolvendo responsabilidade social, investimento social e aplicações sociais. Para Torres, a melhor definição de responsabilidade social contemplaria “um conjunto de ações “voluntárias” do setor privado voltado à sociedade, com base em valores éticos que transcenderiam a expectativa econômica, e que dirigiriam à áreas distintas, com interesses variados, que vão desde ações sociais destinadas aos funcionários, acionistas e cotistas, clientes, fornecedores de uma determinada empresa, e as comunidades em que elas atuam promovendo ações em prol da geração de emprego, fortalecimento da cidadania, e a preservação do meio ambiente (Torres, 2019).

Segundo Tenório (2006) RSC possui duas abordagens diferentes. Por um lado, há um destaque para a importância do cumprimento rigoroso das obrigações legais e do compromisso com o crescimento econômico, refletindo uma perspectiva mais tradicionalmente industrial. Esta dimensão considera primordialmente a eficiência operacional e a conformidade com a legislação como pilares de uma gestão corporativa responsável. Por outro lado, há uma incorporação na cultura organizacional de valores fundamentais que permitiriam uma gestão alinhada aos interesses de uma gama diversificada de *stakeholders*, incluindo clientes, funcionários, comunidades locais e investidores. Uma das consequências da adoção da segunda abordagem tem sido o envolvimento direto ou apoio a criação de organizações voltadas para atender demandas específicas de uma população. Esse movimento permite que as empresas se apresentem como atores válidos e importantes dentro do chamado Terceiro Setor, uma esfera que tradicionalmente compreendia apenas entidades não governamentais e sem fins lucrativos focadas em causas sociais.

De forma complementar, Müller (2006) argumenta que ao se envolverem diretamente com essas questões, as empresas não só buscam ampliar sua influência na sociedade, mas procuram obter uma camada de legitimidade para discutir e intervir em problemas que anteriormente estavam à cargo do Estado. Essa inserção no terceiro setor, contudo, gera discussões sobre as verdadeiras motivações por trás do

envolvimento empresarial em questões sociais. Questiona-se se tal envolvimento deriva de um genuíno interesse em contribuir positivamente para a sociedade, ou se é motivado por interesses estratégicos, buscando benefícios próprios como melhorias na imagem corporativa ou vantagens competitivas (Müller, 2006).

No caso do Brasil, Cezar (2007) aponta que foi possível observar que RSC adquiriu aceitação no meio empresarial, tendo sido traduzida como sendo o conjunto de atividades que uma empresa realiza para atender, internamente, às necessidades dos seus empregados e dependentes e, externamente, às demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, desenvolvimento comunitário e preservação do meio ambiente. Desta forma, o crescimento progressivo do envolvimento de empresas na realização de ações voluntárias de intervenção social em combinação com ações corporativas adquiriu visibilidade social. Este cenário de envolvimento de empresas em ações voltadas para resolver problemas existentes em uma dada sociedade atualmente é marcado pelo reconhecimento e visibilidade social, premiações, obtenção de selos sociais ou ecológicos (Torres, 2019).

A partir deste cenário de transformações, a RSC aparece vinculada às transformações que estão ocorrendo dos modelos de produção e as crises econômicas, criando ações de apoio às instituições sociais, ou ainda ações voltadas para as localidades onde a empresa se instala, com o envolvimento direto em atividades com cunho social (Torres, 2019). Assim sendo, a ideia de RSC assume uma função estratégica focada em resultados, e que visa demonstrar que uma determinada empresa está comprometida com a melhoria das condições sociais e ambientais. Além disso, com o objetivo de avaliar o desempenho corporativo das suas ações, métricas foram desenvolvidas para quantificar um conjunto específico de ações ditas sustentáveis (Silva, Freire & Silva, 2014).

Embora haja uma lacuna na integração entre um sistema de medição de desempenho e a sustentabilidade corporativa, é importante ressaltar que um sistema de medição não se limita a um conjunto fixo de indicadores (Morioka et al., 2018). Assim sendo, empresas que se comprometem com demandas e ações ditas sustentáveis passam a fazer parte de um grupo seletivo, em que práticas de governança corporativa e sustentabilidade, fundamentadas em indicadores de desempenho são

valorizadas. Um exemplo disso é a inclusão na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo - ISE-B3, cujos, critérios de elegibilidade para composição da carteira exigem que as empresas interessadas cumpram critérios relacionados à dimensão social. (Torres, 2019)

O fato é que os conceitos de sustentabilidade, governança e responsabilidade social foram incorporados nas estratégias comerciais e no marketing de um número cada vez maior de empresas. Torres (2019) destaca que as estratégias de incorporar estes conceitos como geradores de valor resultaram na criação de diversos selos de garantia que atestam a suposta adequação das empresas a compromissos em torno do tripé sustentabilidade-governança-responsabilidade. Neste caso, é possível destacar como exemplos: a chamada Norma Internacional de Responsabilidade Social (a AS8000) que foi criada em 1997), a Norma Internacional para Responsabilidade Social (a ISO26000), que foi criada em 2010) e (a Norma de Certificação Ambiental) (Torres, 2019). Nisto, Pinto (2018), aponta que a RSC assume uma abordagem que foca na gestão do risco social, visto que as ações das empresas deixam de lado a natureza filantrópica das ações, em favor de ações que buscam maximizar os lucros e reduzir os riscos que possam inviabilizar os negócios.

O relatório *Rhetoric and Realities: Analysing Corporate Social Responsibility in Europe* (RARE, 2005), considera que o conceito de RSC assume, pelo menos, três perspectivas: a) a da responsabilidade social dos negócios; b) a da sociedade e do estado; e c) a dos *stakeholders*. (Mathis e Mathis, 2012). De acordo com Mathis e Mathis, existem três tipos de práticas de responsabilidade sócia: a) Práticas assistencialistas e filantrópicas, que estão vinculadas às obrigações legais e são desconectadas das atividades principais da empresa, como, por exemplo, doações de alimentos; b) Práticas de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) que vão além do assistencialismo e da filantropia, focando na reputação e na imagem da empresa, e c) Práticas de RSC que estão integradas à forma de fazer negócios, aproveitando oportunidades, promovendo soluções inovadoras, gerando valor para os acionistas e contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

Segundo esta linha de análise, a questão social (i.e. ação social) que as empresas assumem é reduzida a uma gestão dos riscos sociais que está baseada no seu autointeresse, o qual busca antecipar potenciais riscos ao sucesso dos seus

negócios. Acserald (2018) aponta que os modelos de gestão se concentram nos aspectos comerciais e incorporam ações de intervenção no meio externo. Além disso, Acserald acrescenta que a gestão das incertezas é uma das motivações básicas para que determinadas corporações procurem expandir o raio de ação de suas estratégias (i.e. apoio a entidades sociais, envolvimento direto em ações voltadas para problemas da comunidade - para territórios extramuros, tomando por objeto os modos de ser de indivíduos e coletivos aí instalados).

Por outro lado, List e Momeni (2021) apontam que a associação com ações de RSC pode resultar em comportamento antiético ou imoral ainda que de forma não intencional. Essa descoberta sugere a existência de uma espécie de licença moral dada pelo envolvimento em projetos de RSC em relação aos efeitos negativos dos projetos que estejam desenvolvendo. Liu et al (2024) acrescentam que pelo fato das ações de RSC serem altamente divulgadas e vistas positivamente por diversos “*stakeholders*”, o fato de se estar associado a um programa que siga suas diretrizes pode ser visto pelos executivos como uma credencial moral para se tolerar decisões duvidosas.

2.2 Empresas como mediadoras diretas na relação com os atingidos e o lugar da racionalidade coreográfica na sua legitimação

Um dos produtos do que se pode chamar de mentalidade neoliberal é que as atividades que envolvam questões de cunho social passaram a assimilar um discurso de “*inovação empresarial*” focado em identificar as vulnerabilidades escondidas na gestão para evitar que os problemas de natureza social se transformem em algum tipo de risco para o sucesso do empreendimento. Essas ações realizadas pelas empresas surgem como movimentos coordenados, onde empresas transformam intenções sociais em elementos de comodificação, sem que haja uma preocupação real com os impactos causados pela implantação de determinados projetos.

Deste modo, os movimentos tornam-se mais estéticos do que efetivos. Salles (2021) denominou esse processo de aparente preocupação que visa apenas aumentar as chances de reduzir riscos e aumentar lucros de “*Racionalidade Coreográfica*”. Desta forma, a racionalidade coreográfica consistiria em um movimento harmônico onde decisões são tomadas por diferentes organizações, mas com propósitos similares. Tais

decisões levariam sempre em conta as motivações legais e políticas em detrimento das motivações em prol da proteção dos grupos afetados por determinado projeto. Desta forma, Salles (2021) aponta que a racionalidade coreográfica seria uma forma de agir que coloca em evidência o dilema da gestão do risco social, em que importam mais as ações que possam maximizar os investimentos políticos promotores da redução dos riscos sociais que venham a comprometer os negócios.

Por outro lado, enquanto o gerenciamento do risco social visa facilitar as operações comerciais, o gerenciamento dos riscos associados aos direitos humanos exige a gestão de questões que vão além das obrigações legais, e consideram o impacto mais amplo que os mesmos possam ter sobre o valor dos empreendimentos. Neste contexto, os direitos humanos relacionados às condições de trabalho são frequentemente utilizados como métricas para avaliar fatores externos, buscando vantagens competitivas e posicionando a empresa como um investimento seguro. No entanto, as vulnerabilidades evidenciadas em tais direitos só recebem atenção quando representam riscos potenciais para a aceitação ou aprovação das operações empresariais pelas partes interessadas (Salles, 2021). O foco primário da racionalidade coreográfica recai sobre a maximização do ganho econômico das empresas, normalmente em detrimento de outros elementos relacionados aos direitos dos atingidos pela instalação de determinados empreendimentos.

A partir da adoção retórica neoliberal que propugna que a sociedade deve resolver seus próprios problemas sem a interferência do Estado, grandes corporações têm assumido um papel político direto, criando seus próprios "espaços públicos" privados. Acserald (2018) argumenta que a partir desse movimento, as empresas passam a decidir de maneira unilateral quais são as "partes interessadas" relevantes e quais não são, buscando resolver seus desafios internos enquanto moldam suas próprias políticas e interações sociais. Essa dinâmica orientada por princípios neoliberais que propugnam a redução do papel regulador do Estado acaba resultando em uma reconfiguração das relações de poder que beneficia economicamente e politicamente as corporações capitalistas, tanto em níveis nacionais quanto locais. No decorrer de processos em que as empresas atuam como substitutas do Estado na mitigação dos danos que seus projetos eventualmente causam se torna evidente que a execução das políticas empresariais tem o objetivo de moldar a gestão dos assuntos

públicos e processos decisórios, incluindo aqueles que dizem respeito às maneiras de apropriação dos bens comuns e ao manejo dos conflitos sociais decorrentes.

A inserção da América Latina na economia dominada por princípios neoliberais tem sido marcada por uma interação cada vez mais intensa entre o setor empresarial e a esfera política. Os governos nacionais têm priorizado a criação de ambientes altamente favoráveis para atrair investimentos externos e internos, frequentemente à custa de facilitar regulamentações sociais e ambientais (Lima, Fontes & Souki, 2022). Esse cenário de desregulação favorece principalmente grandes corporações, que se beneficiam de um campo de ação ampliado para intensificar seus processos de acumulação de capital. A dinâmica política é orientada por princípios neoliberais causa uma reconfiguração das relações de poder que beneficia economicamente e politicamente as grandes corporações, desde o global até o local. No decorrer desses processos, torna-se evidente a execução de políticas empresariais que têm como objetivo moldar a gestão dos assuntos públicos e os processos decisórios, incluindo aqueles que dizem respeito às maneiras de apropriação dos bens comuns e ao manejo dos conflitos sociais decorrentes.

Maher (2021) argumenta que é a partir das intervenções das corporações é que ocorre a criação das condições de dominação que não apenas impõem, mas também legitimam formas de expropriação material e cultural de comunidades atingidas por determinados empreendimentos, e que passam a ser vulnerabilizadas, principalmente por constrangimentos econômicos, falta de proteção legal, e ativos esforços para deslegitimar suas reivindicações. Estas práticas incluem *lobby*, neutralização de movimentos críticos, assédio, intimidação, além de iniciativas rotuladas como ações sociais empresariais, que se associam a discursos de filantropia, governança, responsabilidade social e investimento social privado (Deneault, 2018).

2.3 O impacto do processo de globalização neoliberal sobre a produção de commodities e o aumento dos riscos de conflitos sociais

Mathis e Mathis (2012) argumentam que o processo de globalização implicou em uma reorganização da economia mundial com mudanças importantes nas áreas tecnológicas, hábitos, serviços, consumo, além de implicar em novas exigências de mercado. Por outro lado, Mathis e Mathis acrescentam que a globalização acarretou

uma reconfiguração no formato do Estado e da esfera pública a partir de novos arranjos do espaço público. Assim, as funções do Estado (intervencionismo, planejamento e políticas sociais) foram transformadas, o que causou o surgimento de novas formas do exercício das funções públicas por meio das corporações, conselhos técnicos, autarquias, organizações não governamentais. Neste processo também se observou uma reorganização das políticas públicas com a mistura de políticas econômicas e sociais: a primeira com claros objetivos políticos, e a segunda com objetivos ocultos, duvidosos e flutuantes.

A partir desses processos de reorganização é que surgiram novas dinâmicas empresariais a partir das quais as corporações passaram a apostar na reconfiguração da relação capital-trabalho e, ao mesmo tempo, a investir na relação e interlocução com as comunidades eventualmente atingidas por seus projetos e atividades. Mathis e Mathis (2012) argumentam que os avanços dos novos padrões de capitalismo globalizado levam as empresas a se enquadrarem em práticas e ações de RSC. Tais práticas estão centradas em questões dos direitos humanos, da democracia e do meio ambiente.

No caso do Brasil, as mudanças que ocorreram no plano global ganharam destaque a partir da década de 1990 com a substituição do discurso universalista e garantidor de direitos, que está inscrita na Constituição Federal de 1988, por uma lógica de mercado pautada no marketing empresarial e na flexibilização dos processos de trabalho. Essas mudanças ocorreram em um período imediatamente após um ciclo de crise internacional que implicou no aumento da dívida externa, e consequentemente em inflação alta e crescimento econômico reduzido (Paulani, 2007).

No período de 1995 a 2002, o Brasil foi governado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foram realizadas reformas de caráter neoliberal que visavam reduzir a participação do Estado na economia, com a aplicação de um receituário que colocou nas mãos de grandes empresas áreas estratégicas da economia nacional. Desde então, houve uma expansão do papel das commodities agrícolas e minerais na geração de divisas internacionais, com uma consequente expansão territorial de monoculturas e áreas de mineração.

Por outro lado, esse processo de retirada do Estado do controle de setores estratégicos da economia implicou na necessidade de que as estratégias de gestão do

risco social fossem criadas. Isto se deu porque este período foi marcado por um intenso avanço no controle de territórios que já estavam sendo ocupados por diferentes grupos sociais, o que obrigou a que grandes empresas tivessem uma abordagem mais robusta no tocante à gestão de riscos (Pinto, 2018; Almeida et al., 2010; Santos e Milanez, 2014). Essas estratégias emergiram principalmente como uma resposta aos conflitos e tensões gerados durante esta fase de expansão das commodities, os quais poderiam impactar negativamente a reputação e a lucratividade das empresas.

Neste cenário, a RSC evoluiu para além das suas funções tradicionais para incorporar estratégias de gestão do risco social. Esta nova configuração da RSC se caracterizou por uma série de ações estratégicas que visaram maximizar os investimentos econômicos e políticos, de forma a mitigar riscos potenciais que possam ameaçar a viabilidade dos negócios (Torres, 2019). As empresas começaram a integrar práticas que não somente respondem às exigências legais, mas também procuram promover uma relação mais “harmoniosa e sustentável” com as comunidades afetadas por suas operações. Segundo Torres (2019), essa transformação implicou em uma mudança significativa na maneira como as corporações abordavam suas responsabilidades sociais, substituindo iniciativas isoladas de caráter filantrópico por uma abordagem mais integrada e estratégica, focada na estabilidade em longo prazo e na aceitação social dos seus projetos e operações.

Por outro lado, Mathis e Mathis (2012) apontam que parcerias entre o Estado e o setor privado, incluindo as grandes corporações globais passaram a ser incentivadas. Desta forma, a partir da reconfiguração do capitalismo globalizado em sua forma neoliberal, as empresas estabelecem estratégias de aplicação e implementação de políticas relacionadas às práticas RSC como incentivo a elevação da credibilidade na sociedade. A criação de programas sociais, projetos e o discurso de responsabilidade social aparecem como substituto da inoperância do papel do Estado na condução de políticas sociais de qualidade.

2.4 O lugar da governança sócio-corporativa na legitimação da imposição de uma nova lógica territorial no V Distrito de São João da Barra

O objetivo do estudo dessas dinâmicas é desenvolver e explorar conceitos que permitam analisar em que condições as políticas empresariais de RSC são acionadas e

como elas influenciam o tecido social e a realidade econômica das áreas que são escolhidas para a instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura. A investigação dessas práticas pode ser importante para desvendar não apenas os mecanismos de influência corporativa, mas também as consequências dessas intervenções para as comunidades atingidas pelos efeitos negativos ocasionados pela implantação de grandes projetos econômicos.

No presente estudo, um dos objetivos foi avaliar como se dá o funcionamento de iniciativas empresariais de RSC que geralmente preveem a participação de *stakeholders* (i.e, as chamadas partes interessadas), dentre os quais não estão incluídos apenas segmentos ligados às empresas, mas também aos que eventualmente são atingidos pelos efeitos negativos das atividades que as mesmas venham a realizar. O termo “atingido” nesta pesquisa foi adotado para caracterizar os membros da população que sofrem diferentes tipos de impactos associados à implantação de um grande projeto, tanto os de natureza sócio-econômica, como ambientais.

No caso do Porto do Açú, os atingidos continuam vivendo em localidades existentes no V Distrito de São João da Barra. Desta forma, o conceito de atingido abrange indivíduos e famílias e comunidades, que foram impactados direta ou indiretamente pela implantação e operação do Porto do Açú. Para Vainer (2008), a noção de atingido diz respeito ao reconhecimento e legitimação de direitos que incluem o direito ao ressarcimento, indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária de danos que tenham sido causados direta ou indiretamente pela implantação e funcionamento de um dado empreendimento.

A localidade do V Distrito é uma área em que as ações de governança corporativa e ambiental podem ser avaliadas, na medida em que ali persistem efeitos do processo de expropriação de terras realizado para garantir a construção do Porto do Açú, bem como aqueles que foram originados durante a implantação e funcionamento do empreendimento. No V Distrito, se estima que em torno de 1500 famílias foram atingidas pelos efeitos da desapropriação de terras, sendo que a maioria ainda aguarda a tramitação na justiça de processos destinados a reparar economicamente as perdas sofridas. Neste contexto de relações marcadas por desequilíbrio, já que não houve reparação dos danos causados aos atingidos pela implantação do Porto do Açú, as

empresas instaladas no interior do empreendimento realizam projetos cujas atividades são apresentadas como sendo ações de responsabilidade social que, em tese visam contribuir para gerar melhores condições de vida, mas que também podem ser consideradas apenas como sendo ações de gestão do risco social com repercussões potencialmente negativas para a viabilidade econômica do empreendimento.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como ponto inicial a leitura de livros, artigos científicos, notícias de jornais e legislações relativas à instalação e funcionamento do Porto do Açu. Inicialmente foi feito um esforço para identificar materiais relacionados ao processo de implantação do Porto do Açu. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica sobre estudos já realizados sobre o empreendimento. Em um segundo momento foi realizado o armazenamento de informações disponibilizadas pelas empresas sediadas no Porto do Açu por meio da análise dos relatórios, periódicos e informações disponibilizadas na rede mundial de computadores.

Entretanto, antes de detalhar a metodologia utilizada para analisar o escopo e alcance das ações de responsabilidade social das empresas sediadas no Porto do Açu é necessário destacar que, de acordo com Arretche, (2013), a forma de avaliar envolve atribuir valor, analisar a partir de uma medida de aprovação ou desaprovação a um programa público ou particular. Assim, para que uma análise de uma determinada ação ou política pública seja realizada é necessário um exame institucional dos programas implementados, ou seja, é necessário entender os pontos e depois ligá-los para entender o emaranhado em que se está envolvido.

A avaliação de políticas sociais usa métodos próprios da pesquisa social, notadamente a pesquisa de populações por amostragem, a análise de dados agregados (também chamado de contabilidade social), análise de conteúdo e observação participante (Freeman e Sherwood 1970; Guttentag e Struening, 1975; Tripodi, 1971). A escolha do método a ser utilizado decorre mais do objetivo da política ou programa sob observação e do seu escopo social do que por uma simples questão preferencial (Deutsher, 1979).

No presente trabalho, tal avaliação foi feita tomando como base as metas propostas pelos projetos desenvolvidos pelas empresas e contrastando-as com os resultados alcançados. Em alguns casos também se avaliou os instrumentos previstos nos relatórios de sustentabilidade e aqueles empregados pelas empresas. O cuidado nesse processo de análise se deu em função da importância da veracidade das informações acerca do programa sob análise. Para tal, foram feitas pesquisas de

campo que exigiram um esforço de observação que permitisse a análise do processo de implantação da política em análise.

O levantamento bibliográfico sobre o conceito de RSC nos moldes do capitalismo também foi inserido no referencial teórico metodológico. Foi utilizado um recorte temporal a partir da virada de século (final do século XX e início do século XXI) que é quando o termo governança ganha destaque no mundo capitalista e passa a atribuir novo significado. Contextualizando esse período, foi feito um breve histórico do período de 1945 até os dias atuais. O objetivo de contextualizar esse período é entender os caminhos da economia brasileira e as decisões tomadas pelos governantes até chegar aos dias atuais. Esses caminhos incluem elevação da taxa de juros, arrocho monetário, boom das commodities e mudança das corporações (Acosta, 2011; Gudynas, 2009). Essa leitura visa desenvolver um suporte teórico que possa dar sustentação e argumentação necessária ao processo de coleta e análise de dados. A junção da revisão teórica com a coleta de dados primários permitiu avaliar o impacto causado pela adoção de projetos orientados pelo conceito de governança social e ambiental com base nas definições apresentadas pelas empresas. O intuito final foi desenvolver uma pesquisa com observações de campo, entrevistas semiestruturadas e análise de relatórios de sustentabilidade das empresas que compõem o Porto do Açu e a comunidade diretamente atingida.

3.1 Área de estudo

O município de São João da Barra está localizado na região Norte Fluminense, e possui uma extensão territorial de 456,396 km², com uma população de 36.423 habitantes (IBGE, 2020). A área urbana de São João da Barra vem crescendo nos últimos anos e, proporcionalmente a este, os problemas sociais, econômicos e ambientais também estão aumentando devido a implementação do Porto do Açu que está localizado na região costeira do V Distrito (Figura 1.).

Figura 1 - Localização das empresas que integram o Porto do Açu.



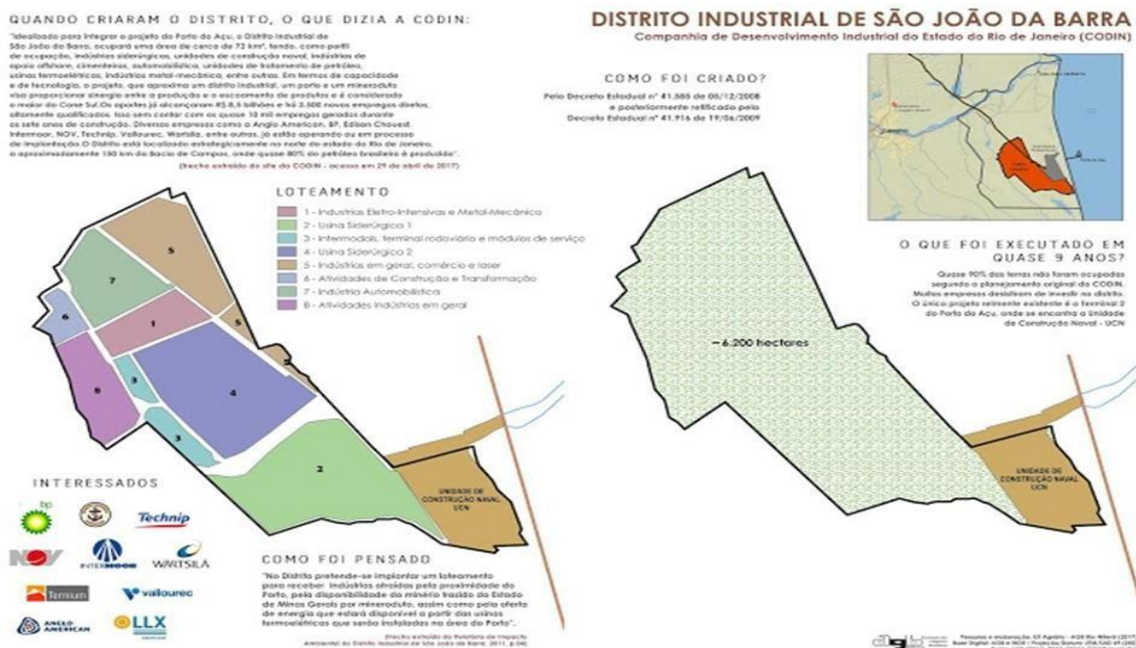
Fonte: Blog do Roberto Moraes (2022).

Tendo tido suas obras iniciadas a partir de 2007, o Porto do Açu é apresentado como sendo o maior empreendimento porto-indústria privado da América Latina. Desde o início de sua instalação em 2006, o Porto do Açu vem trazendo mudanças significativas não só para o V Distrito de São João da Barra, mas para outros municípios do Norte Fluminense, principalmente Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. Um fato que é fartamente documentado é que a área que foi escolhida para implantação do Porto do Açu é marcada por conflitos que tiveram início com as desapropriações realizadas pelo governo do Estado do Rio de Janeiro para beneficiar o grupo econômico liderado por Eike Batista. Em função disso, o território do V Distrito se tornou gradativamente o palco das desigualdades socioespaciais.

Segundo Moraes (2020), um total de 90km de terra foram desapropriados para a instalação do Porto do Açu, o que implicou na remoção de centenas de famílias de

agricultores que tradicionalmente ocupavam as terras do V Distrito de São João da Barra (Figura 2).

Figura 2 - Área total para a instalação do Porto do Açú X área ocupada.



Fonte: AGB (AGB, 2011).

As desapropriações das terras do V Distrito foram marcadas por uso de força policial, participação de oficiais de justiça, seguranças particulares da antiga EBX (Figura 3), com a intervenção direta da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) e do governo do Estado do Rio de Janeiro, em todos os casos ocorreu remoção forçada dos agricultores de suas propriedades (Figura 3).

Figura 3 - Uso de força policial nas desapropriações.



Fonte: Blog do Pedlowski.(2013)

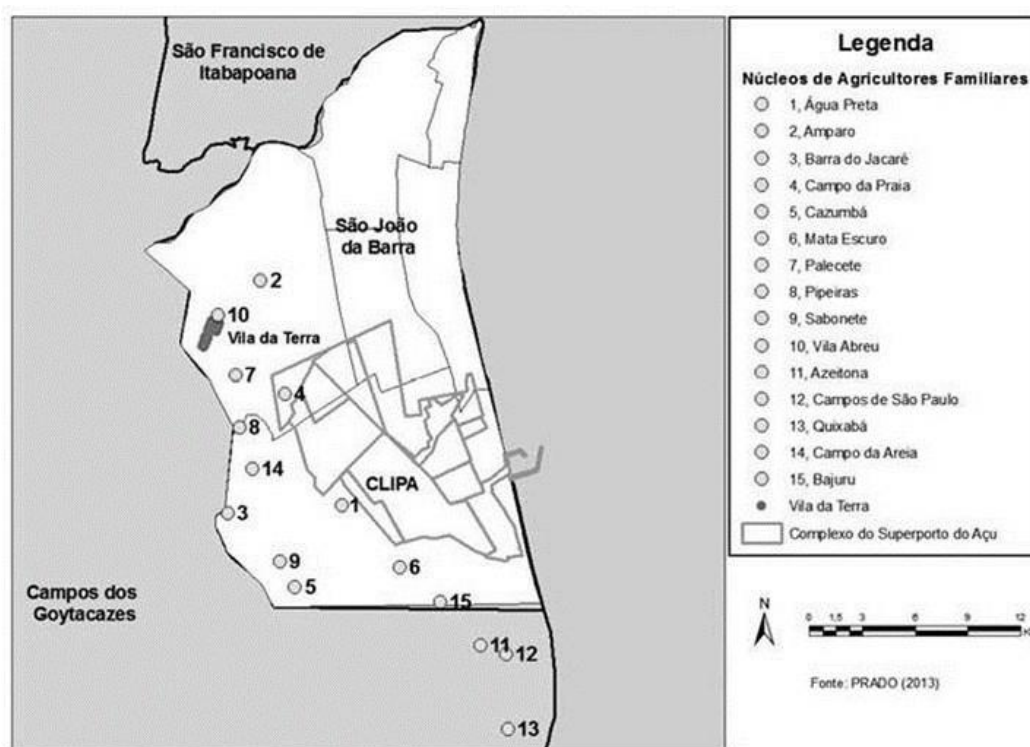
Neste contexto, é importante notar que a ação do governo do Rio de Janeiro em prol do fenômeno conhecido como "*land grabbing*" que vem a ser situações nas quais grandes áreas de terra são adquiridas de forma massiva por entidades ou grandes corporações estrangeiras que tem o objetivo de explorar os recursos naturais disponíveis ou desenvolver atividades em larga escala. A prática de *land grabbing* resulta no deslocamento de comunidades locais que dependem da terra para subsistência. Isso pode levar à perda de modos de vida, insegurança alimentar e conflitos sociais. Segundo Pedlowski (2013), o V Distrito representa um caso particular desta modalidade de tomada forçada de terras na medida em que foi o governo do Rio de Janeiro quem preparou as bases legais e executou a remoção forçada de centenas de famílias de agricultores de suas propriedades para posteriormente colocá-las sob controle do Porto do Açu.

Por outro lado, é importante ressaltar que a maioria dos desapropriados não recebeu as indenizações devidas pelo Estado pela expropriação de suas terras, e em nenhum momento os investidores se disponibilizaram para um diálogo com a população atingida. Após dez anos o que se vê é a publicização por parte das empresas da adoção de ações de responsabilidade social para mitigar eventuais danos causados por suas atividades dentro do Porto do Açu sobre a população do entorno.

3.1.1 A expropriação das terras e a construção da Vila da Terra enquanto um simulacro de exemplo de reassentamento modelo

Os agricultores familiares sofreram diretamente com a instalação do Porto na localidade do V distrito. Um número indeterminado de famílias fora retirado de suas propriedades sem indenização prévia. Essas famílias tinham na terra e no território um importante elemento de sua reprodução social. Alvarenga (2013) afirma que a área desapropriada era ocupada principalmente por pequenos agricultores (Figura 4).

Figura 4 - Localização dos agricultores familiares em São João da Barra.



Fonte: Prado (2013)

As desapropriações ocorreram com base nos decretos estaduais Nº 42.584 e 41.585, de 05/12/2008, 41.915 e 41.916, de 19/06/2009 e 41.998, de 19/08/2009. As remoções dos agricultores das propriedades ocorreram com o apoio do Estado e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN). Segundo a AGB (2011), a audiência pública promovida pelo INEA e CODIN sobre

questões referentes às desapropriações das famílias e as garantias previstas na lei ocorreram de forma oculta e não esclarecedora.

A CODIN juntamente com o Grupo EBX elaborou um assentamento rural na área da antiga Fazenda Palacete localizada no V distrito de São João da Barra. A denominada “Vila da Terra” foi um programa de reassentamento rural que deveria abrigar seguindo critérios mínimos. No sítio oficial da Porto do Açu, a informação é que a Vila da Terra conta com 53 casas com medidas que variam entre 68 e 109 m², com área mínima de 2 hectares cada propriedade. Ainda de acordo com a Porto do Açu, as residências são equipadas com eletrodomésticos e móveis, as propriedades são entregues preparadas para cultivo. Contudo, os lotes entregues aos moradores da Vila da Terra possuem um problema básico que é a ausência da regularização fundiária, na medida em que a área pertence a massa falida da Usina Baixa Grande. Com isso, os moradores não possuem títulos de propriedade. (Blog do Pedlowski, 2015).

Por outro lado, a Vila da Terra é apresentada rotineiramente como um caso exitoso de reassentamento de populações afetadas por um grande empreendimento de infraestrutura, o que a torna um caso perfeito para avaliação do desempenho de programas de RSC.

3.2 Estratégia de coleta de dados

A coleta de dados foi feita a partir de 7 entrevistas com informantes principais (sendo 4 moradores do V Distrito e 3 informantes que atuam em projetos de RSC executados por empresas do Porto do Açu). As entrevistas foram gravadas após consentimento do entrevistado para possibilitar uma fidelidade ao que foi respondido. Dentro dessa amostra estão agricultores familiares da comunidade Alto do Cardeiro, um exemplo prático de como funcionam as ações de governança corporativa, visto que diversas empresas do Porto do Açu desenvolveram projetos nesta localidade. As perguntas da entrevista foram sobre as mudanças ocasionadas pelo empreendimento, mudanças nos modos de vida e persistência das ações publicizadas pelas empresas em seus sítios e documentos oficiais. Outro aspecto de análise foi a participação das partes interessadas (i.e, os chamados *stakeholders*) na definição de quais seriam as ações de reparação.

Um segundo instrumento utilizado foi o chamado “itinerário de perambulação no V distrito de São Joao da Barra” que consistiu na realização de percursos por determinadas áreas do V Distrito de São João da Barra que foram afetadas pelo processo de desapropriação de terras realizado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. O itinerário permitiu a participação *in loco* através da captação de imagens das localidades afetadas, possibilitando melhor compreensão do processo de expropriação das terras, bem como a dinâmica de sobrevivência dos moradores desde a chegada do empreendimento.

Por último, foi feita uma análise dos sítios e relatórios anuais produzidos pelas empresas que se instalaram no Porto do Açú e a avaliação das partes interessadas, com o objetivo de analisar o discurso de responsabilidade social corporativa e se as ações que as empresas propalam são satisfatórias, no que Abranches (1985) denominou de “auditoria social”. Nestes relatórios foram analisados termos que circundam o objeto de estudo: gestão, governança corporativa, investimento social, marketing, ética, sustentabilidade, ação social, *stakeholders*. O objetivo dessa análise foi desenvolver um paralelo entre as ações e práticas de RSC das empresas do Porto do Açú na localidade do V distrito com o que foi observado no campo.

As entrevistas semiestruturadas foram feitas com um roteiro pré-estabelecido, conduzido junto à participantes dos programas ofertados pela empresa do Porto do Açú. O objetivo principal da realização das entrevistas foi o de realizar um recorte histórico de todo o processo e implantação do Porto do Açú e seus efeitos para a população do V distrito. A análise da relação do Porto do Açú com a população atingida pelo empreendimento se deu a partir do ponto de vista daqueles que receberam os impactos, de modo a que pudesse identificar as principais fontes de conflitos entre as partes. Dentre as variáveis utilizadas para identificar as formas de organização política e de governança corporativa, foram levantadas questões acerca das práticas de participação e decisão nos encontros de assembleia e reuniões, o grau de participação e envolvimento das famílias nos processos decisórios, as contradições existentes em torno da prática de ação coletiva, especialmente na organização política.

A pesquisa também se concentrou na coleta de dados secundários relacionados a informações gerais sobre o V Distrito nos sítios da internet, reportagens jornalísticas, bem como artigos científicos que se debruçam sobre o tema.

CAPÍTULO 4 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. O perfil das empresas atuando no Porto do Açu e seus compromissos declarados com a governança sócio-corporativa

Um esforço inicial foi realizado para identificar as empresas que estariam atuando no interior do Porto do Açu, para posteriormente verificar se as mesmas haviam disponibilizado relatórios de sustentabilidade sócio-corporativa. Tais relatórios são importantes para que se verifique se as empresas disponibilizam informações sobre seus indicadores que são utilizados para medir seu desempenho. Além disso, os relatórios de sustentabilidade divulgam ações que estariam sendo adotadas para realizar as ações de gerenciamento do risco social de suas atividades, bem como os projetos implementados para mitigar os impactos de suas operações nas áreas sociais, de meio ambiente e de governança, o objetivo das divulgações é o de gerenciar o risco social e facilitar a atividade comercial, bem como as ações para estreitar laços com seus clientes, fornecedores, sociedade e potenciais partes interessadas (i.e., *stakeholders* ou parte interessadas).

A partir de uma inspeção no sítio oficial que gerencia o empreendimento portuário, a Porto do Açu, foi possível identificar quais seriam as empresas que estariam atualmente instaladas no interior do empreendimento (Quadro 1).

Quadro 1 - Instrumentos de divulgação das empresas que integram o Porto do Açu.

Empresa	País Sede	Site (Sim/Não)	Área de atuação declarada
Ambipar Group	Brasil	S	Gestão ambiental
Anglo American	Inglaterra	S	Mineração
Baker Hughes	EUA	S	Tecnologia energética
BP Marine	Inglaterra	S	Abastecimento de navios
Brasil Port	Brasil	S	Logística
Dome Gran IHC (JV)^a	Brasil	S	Reparos navais
Edison Chouest Offshore	EUA	S	Base de apoio offshore
Ferroport (JV) ^a	Brasil	S	Mineração
Gás Natural Açu (JV) ^a	Brasil	S	Energia termelétrica
Grupo Minas Gus	Brasil	S	Siderurgia
InterMoor	EUA	S	Logística em óleo e gás
NOV	EUA	S	Tubos flexíveis
OceanPact	Brasil	S	Logística e engenharia
Port of Antwerp	Bélgica	S	Logística e infraestrutura portuária
Porto do Açu	Brasil	S	Administração Portuária
Prumo Logística Global	Brasil	S	Logística
TechnipFMC	Inglaterra	S	Tubos flexíveis
Vast Infraestrutura	Brasil	S	Serviços de transbordo de petróleo
Vibra	Brasil	S	Companhia de energia
Vix	Brasil	S	Logística

^a empresas de Joint Venture que resultam de parcerias entre pelo menos duas empresas

Um primeiro resultado obtido do portfólio de empresas que estariam atuando no Porto do Açu é que há uma forte concentração de empresas associadas aos processos de logística, o que revela a existência de um perfil de suporte a outras atividades que

estão particularmente associadas à mineração de ferro, petróleo e gás, e geração de energia. Além disso, esse perfil é completado pela presença de empresas voltadas para a realização de reparos navais.

Em um segundo momento foi realizado um esforço para verificar a existência de relatórios de sustentabilidade, compromissos de RSC e de indicadores que seriam utilizados para medir o desempenho das empresas nos itens autodeclarados (Quadro 2).

Quadro 2 - Compromissos e indicadores de governança sócio-corporativa identificados com base nos relatórios anuais de sustentabilidade - 2022.

Empresas	Indicadores de RSC (S/N)	Compromissos declarados	Relatório (S/N)
Ambipar Group	S	Compromisso com a preservação e a regeneração do planeta	S
Anglo American	S	Compromissos com segurança do trabalho, saúde e meio ambiente; e integridade nos negócios	S
Baker Hughes	S	Compromisso com a sustentabilidade	S
BrasilPort	N	Não identificado	N
BP Marine	S	Compromisso com controle de emissões, cuidado com o planeta e com as pessoas	S
Dome Gran IHC (JV) ^a	S	Compromissos com a segurança do trabalho, saúde e meio ambiente;	S
Edison Chouest Offshore	S	Compromisso em fazer o que é certo para todas as pessoas na sociedade (tradução)	S
Ferroport (JV) ^a	S	Ética nos negócios, responsabilidade nos negócios e respeito aos stakeholders	S
Gás Natural Açú (JV) ^a	S	Ética, integridade e transparência nos negócios	S
Grupo Minas Gusa	N	Não identificado	N
InterMoor	N	Não identificado	N
NOV	S	Segurança do trabalho, saúde e meio ambiente, redução da pegada ambiental	S
OceanPact	S	Segurança no trabalho, respeito as normas ambientais, apoio às ações de inovação.	S
Port of Antwerp	S	Compromissos com segurança do trabalho, saúde e meio ambiente, criação de comunidades sustentáveis e ações de mitigação das mudanças climáticas.	S
Porto do Açú	S	Atuação com foco no desenvolvimento sustentável do Porto do Açú, com a adoção e disseminação das melhores práticas ambientais, sociais e de governança	S
Prumo Logística Global	S	Ações em prol da transparência, equidade, e responsabilidade corporativa.	S
TechnipFMC	S	Compromissos com segurança do trabalho, saúde e meio ambiente, e sustentabilidade.	S
Vast Infraestrutura	S	Compromisso com às demandas da sociedade, gerando valor aos nossos acionistas e às demais partes interessadas por meio de uma governança robusta em todos os níveis da organização.	S
Vibra	S	Comprometidos com o processo de transição para uma economia de baixo carbono e relações de parceria e respeito com nossos públicos.	S
Vix	S	Integridade e confiança, relacionamento,	S

^a empresas de Joint Venture que resultam de parcerias entre pelo menos duas empresas

Do ponto de vista dos compromissos identificados é possível afirmar que a ênfase foi colocada em elementos que combinam questões internas à operação cotidiana das empresas (e.g., segurança no trabalho) com outros de caráter mais amplo e genérico que vão desde a ética e transparência nos negócios até objetivos em prol do controle de emissões de gases estufa e redução da pegada ambiental das empresas. Por outro lado, apesar de existirem indicadores declarados, não foi possível verificar como as empresas iriam fazer a avaliação do seu grau de desempenho em relação a cada um deles. Por outro lado, para algumas empresas não foi possível identificar quais seriam os compromissos. Assim, ainda que elas declarassem a existência de indicadores, os mesmos não estavam claramente alinhados aos compromissos tangíveis, dificultando uma eventual avaliação de desempenho.

Por outro lado, para diversas empresas não foi possível identificar nem os compromissos ou os indicadores de cumprimento. No caso das empresas em que não houve a declaração de compromissos nem de indicadores, a conclusão possível é que as mesmas ainda não aderiram ao padrão de compromissos com RSC.

4.2 As Ações de responsabilidade social das empresas do Porto do Açu: a distância entre o publicizado e o executado

Após realizar a identificação dos compromissos de RSC e dos indicadores arrolados, um levantamento foi realizado para identificar projetos que estariam sendo realizados pelas empresas sediadas no Porto do Açu no município de São João da Barra e, em especial, no V Distrito onde o empreendimento foi instalado (Anexo 1). Essa identificação foi feita a partir do que estava anunciado nos sítios oficiais das empresas na rede mundial de computadores (Quadro 3)

Quadro 3 -Envolvimento das empresas atuando no Porto do Açu em projetos ou programas voltados para a população local

Empresa	Projeto/programa em execução (S/N)	Projeto/programa (n)
Ambipar Group	N	0
Anglo American	S	1
Baker Hughes	N	0
Brasil Port	S	1
BP Marine	N	0
Dome Gran IHC (JV) ^a	S	2
Edison Chouest Offshore	N	0
Ferroport (JV) ^a	S	7
Gás Natural Açu (JV) ^a	S	6
Grupo Minas Gusa	N	0
InterMoor	N	0
NOV	S	1
OceanPact	S	1
Port of Antwerp	N	0
Porto do Açu	S	13
Prumo Logística Global	N	0
TechnipFMC	S	2
Vast Infraestruturas	S	2
Vibra	N	0
Vix	S	1

^a empresas de Joint Venture que resultam de parcerias entre pelo menos duas empresas

Em relação à natureza dos projetos/programas de RSC que são desenvolvidos pelas empresas do Porto do Açu foi verificado que os mesmos giram em torno de quatro eixos principais: 1. Voluntariado com caráter filantrópico, 2. Desenvolvimento de

capacidades profissionais de jovens, 3. Fortalecimento da cadeia produtiva de agricultores e pescadores, e 4. Conservação Ambiental.

É importante destacar que das 20 empresas listadas como atuando no Porto do Açu, apenas 11 declararam estar envolvidas em algum tipo de projeto ou programa voltado para criar algum tipo de interação com a comunidade local. Além disso, 4 empresas (i.e., Brasil Port, Nov, Ocean Pact e Vix) foram identificadas como estando ligadas a apenas um projeto sob a liderança da Porto do Açu, coincidentemente um projeto voltado para melhorar o nível de conformidade de empresas locais para atuar no interior do empreendimento, a chamada “Rodada de Negócios”. Por outro lado, a Porto do Açu foi a empresa com maior número de programas/projetos (n=13), sendo seguida pela Ferroport (n=7) e pela GNA (n=6). É interessante notar que tanto a GNA como a Ferroport são “joint ventures”¹ em que a controladora do Porto do Açu, a Prumo Logística Global detém parte do capital.

Um aspecto que dificultou a análise desses projetos ou programas é que não foi identificada a existência de dados objetivos sobre parcerias, beneficiários, formas de avaliação de cumprimento de metas. Em função disso, foi feita uma escolha de se analisar cinco projetos associados aos quatro eixos identificados. A premissa é que a análise destes projetos seria uma forma de se avaliar o alcance das ações de RSC divulgadas pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade, sítios da internet e perfis em redes sociais.

4.2.1. O Abraço como um exemplo de extração de valor do trabalho sob a capa de valorização do voluntariado

Um primeiro projeto que foi inicialmente identificado a partir de uma visita ao sítio oficial da empresa Porto do Açu foi o Programa de Voluntariado do Porto do Açu (ABRAÇU) que seria organizado por funcionários da empresa em parceria com empregados de outras empresas que estão instaladas no Porto do Açu. Segundo Moraes et al (2021), o Abraço teria sido criado em 2017 para apoiar comunidades pobres nos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. O intuito

¹ Um tipo de associação em que duas entidades se juntam para tirar proveito de alguma atividade, por um tempo limitado, sem que cada uma delas perca a identidade própria.

declarado do ABRAÇU seria o de estimular e valorizar o trabalho voluntário por meio de ações socioambientais vinculadas a organizações sociais e/ou iniciativas individuais de grande valor e reconhecimento local. Desde a criação do Abraçu, os empregados das diversas empresas que participam do projeto estariam realizando campanhas de arrecadação de alimentos para doação e ações culturais em escolas públicas, e participado de campanhas de doação de sangue (Tabela 1).

Tabela 1 - Parâmetros de desempenho do Projeto Abraçu entre 2017-2022 e 2017-2024.

Categoria	2017-2022	2017-2024
Instituições beneficiadas	84	102
Pessoas impactadas	14.176	21.412
Parceiros	223	267
Recursos Arrecadados (R\$)	>70.000,00	>90.000,00
Ações realizadas	41	47

Fonte: Perfil no Instagram e página oficial do Abraçu (2024)

Um dos aspectos mais interessantes sobre a divulgação das atividades realizadas pelo Abraçu é que inexistem explicações claras sobre quais seriam as instituições beneficiadas, as pessoas impactadas, os parceiros, a origem ou o destino dos recursos arrecadados, ou ainda quais teriam sido as ações que foram realizadas.

Uma verificação das informações e notícias divulgadas na página oficial do Abraçu indica que parte significativa das atividades do projeto se dá na realização de atividades recreativas. Além disso, há uma clara orientação no sentido de participação pontual na distribuição de itens básicos em casos de emergência de natureza climática com clara conotação de filantropia (Figura 5).

Figura 5 - Compósito das notícias divulgadas na página oficial do projeto Abraçu entre agosto de 2021 e março de 2024.

<p>30 de março 2024</p> <p>Cidennf e Porto do Açu unem esforços para ajudar vítimas das chuvas na região</p> <p>Diante dos impactos das fortes chuvas na região na última semana, o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento do Norte e Noroeste Fluminense (Cidennf) uniu forças com o Porto do Açu para auxiliar a população de...</p>	<p>27 de março 2024</p> <p>Mobilização em apoio as vítimas das chuvas</p> <p>Em virtude das fortes chuvas que atingiram a região Norte Fluminense, colaboradores do Porto Do Açu se uniram para levar itens básicos de higiene e água potável para moradores de Campos Dos Goytacazes e Bom...</p>	<p>25 de março 2024</p> <p>Prefeitura recebe água potável do Porto do Açu para atender vítimas da enchente</p> <p>Através do Programa AbrAçu, as empresas que operam no Porto do Açu doaram nesta segunda-feira (25), 140 garrafas de água potável, totalizando 210 litros, à Prefeitura de Campos. O prefeito Wladimir Garotinho recebeu a doação...</p>	<p>12 de dezembro 2023</p> <p>Colaboradores do Porto do Açu se unem em ações comunitárias no dia do voluntariado</p> <p>Por mais um ano, os voluntários do Programa de Voluntariado do Porto do Açu, o AbrAçu, dedicaram-se a transformar o campo de futebol da comunidade do Açu, em São João da Barra, num ambiente dedicado...</p>
<p>20 de setembro 2023</p> <p>Mutirão marca o Dia Mundial da Limpeza de Praia em SJB</p> <p>Um mutirão em alusão ao Dia Mundial da Limpeza de Praia, internacionalmente conhecido como World Cleanup Day, coletou 3.615 kg de resíduos, a grande maioria proveniente do oceano, em dois quilômetros de faixa de areia...</p>	<p>4 de julho 2023</p> <p>Doações da Campanha de Agasalho do AbrAçu são entregues ao CentroPop</p> <p>Com mais de 800 peças de inverno, o Programa de Voluntariado do Porto do Açu concluiu mais uma ação na tarde desta terça-feira (4) com doações para o Centro de Referência Especializado paara a População...</p>	<p>5 de maio 2023</p> <p>Caravana da Cidadania chega à Vila Abreu neste sábado em São João da Barra, no RJ</p> <p>Uma caminhada pelas ruas centrais da cidade e uma roda de conversa no Palácio Cultural Carlos Martins marcaram, nessa quarta-feira, 24, o fim das atividades desenvolvidas pelo município pelo Agosto Lilás, em São João da...</p>	<p>28 de fevereiro 2023</p> <p>SJB promove Caravana da Cidadania neste sábado no quinto distrito</p> <p>A Prefeitura de São João da Barra promove neste sábado, 4, uma ação social para atender as famílias do quinto distrito com os programas de inclusão do município. A Caravana da Cidadania, coordenada pela Secretaria...</p>
<p>8 de dezembro 2022</p> <p>Ações voluntárias acontecem na região do Açu, em São João da Barra</p> <p>Nesta quinta-feira (8), em São João da Barra, acontece a celebração pelo Dia Internacional do Voluntariado, com uma série de atividades promovidas pelo Porto do Açu. Há cinco anos é realizado o evento "Abraçu", com...</p>	<p>24 de agosto 2022</p> <p>Caminhada e roda de conversa marcam atos do Agosto Lilás em SJB</p> <p>Ações realizadas nesta quarta-feira, 24, tiveram objetivo de conscientizar e combater a violência contra a mulher</p> <p>...</p>	<p>18 de agosto 2022</p> <p>Caminhada e roda de conversa no Agosto Lilás</p> <p>Agosto é o mês de combate à violência contra a mulher e a Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos está participando da campanha Agosto Lilás. A programação teve início nesta quinta-feira, 18, no...</p>	<p>26 de maio 2022</p> <p>Deputado Dauaire entrega homenagem a voluntários do Porto do Açu</p> <p>O deputado estadual Bruno Dauaire entregou a moção de aplausos aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em homenagem ao AbrAçu, grupo de voluntários do Porto do Açu em São João...</p>
<p>5 de fevereiro 2022</p> <p>Prefeitura recebe doações do AbrAçu</p> <p>A Prefeitura de São João da Barra recebeu do Programa de Voluntariado do Porto do Açu, o AbrAçu, produtos para serem destinados às famílias impactadas pela cheia do Rio Paraíba do Sul. Na quinta-feira, 3,...</p>	<p>1 de fevereiro 2022</p> <p>Prefeitura de São João da Barra recebe doação de material da Porto do Açu</p> <p>Produtos de higiene pessoal, de limpeza e cobertores foram entregues no dia 28 de janeiro, pela empresa Porto do Açu à Prefeitura de São João da Barra. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos...</p>	<p>1 de dezembro 2021</p> <p>AbrAçu arrecada alimentos para o Natal das famílias carentes</p> <p>O AbrAçu, Programa de Voluntariado do Porto do Açu, está promovendo uma campanha de arrecadação de alimentos para o Natal. O objetivo é proporcionar uma ceia às famílias em situação de vulnerabilidade em Campos e...</p>	<p>24 de agosto 2021</p> <p>Chico da Quixaba solicitou a construção de uma caixa d'água para fornecer água potável em Campo de Areia</p> <p>Pensando na qualidade de vida, na sessão desta terça-feira (24), o plenário da Câmara de São João da Barra, aprovou a indicação do Vereador Chico da Quixaba, que solicitou ao Executivo a construção de uma...</p>

Fonte: Perfil no Instagram e página oficial do Abraçu (2024)

Um aspecto particularmente intrigante do projeto Abraçu se refere ao processo de adesão no que seria a participação voluntária. Por um lado, não fica claro à quais

empresas do Porto do Açu os supostos voluntários estão ligados, e tampouco existem dados sobre o número de voluntários que atuam ou atuaram no Abraçu desde sua criação em 2017. Essa opacidade de informações gera dúvidas sobre quão voluntária a participação no Abraçu realmente é, podendo inclusive se tratar de trabalho não-remunerado por parte das empresas envolvidas em relação aos trabalhadores que participam das atividades do projeto.

Em uma ocasião específica foi realizada uma participação direta em uma atividade realizada por voluntários do Abraçu no entorno da Reserva Caruara quando foi realizado o recolhimento de lixo. Com base nessa participação foi possível verificar o esforço de associar o projeto aos esforços de conservação ambiental. Por outro lado, o uso de sacolas plásticas com a logomarca da empresa GreenMarket e de outras empresas que atuam no Porto do Açu deixou explícita a tentativa de expor uma parceria entre as empresas e a comunidade local para promover ações de limpeza da praia. Com isso, fica evidente o uso das ações do Abraçu para melhorar o nível de credibilidade das ações de RSC. Entretanto, um fato curioso é que a Praia do Açu tem sido afetada por um processo erosivo desde a implantação do Terminal 2 do Porto do Açu, fato que faz com que os moradores associem o empreendimento à perda de sua principal área de veraneio. Esta situação coloca em dúvida se tal ação foi efetivamente realizada pelos voluntários do Abraçu.

4.2.2. O Programa Tutorial da Gás Natural do Açu

A empresa Gás Natural do Açu (GNA) lançou em 2018 um programa para qualificar a mão de obra de moradores do município de São João da Barra. Este programa de qualificação profissional também contaria com o suporte do “Programa Tutoria” cujo objetivo seria estimular a permanência dos alunos no referido curso. De acordo com o sítio da GNA na internet, um total de 11 cursos gratuitos com 24 turmas já teriam sido realizados, tendo formado 220 alunos que teriam resultado em 180 contratações por parte de empresas que estariam atuando no Porto do Açu.

De forma coerente, a GNA afirma que, no tocante à geração de empregos, o objetivo da empresa seria priorizar a mão de obra local dando oportunidade aos moradores de municípios da área de influência direta dos empreendimentos em que está envolvida. Ainda segundo a GNA, o “Programa de Mentoria” teria a missão de

oferecer a jovens entre 18 a 25 anos a oportunidade através de educação e emprego. Por outro lado, a GNA declara ainda que também desenvolve ações sociais em parceria com a Rede Mulher Empreendedora (que seria uma rede de apoio cujo objetivo seria capacitar mulheres para empreender no mercado de trabalho).

O site da GNA também indica o apoio à realização do “Curso POP” que seria um encontro de pesca que envolveria as empresas do Porto do Açu e a comunidade de pescadores artesanais do V Distrito. Segundo a GNA, o objetivo deste fórum seria oferecer curso de “pescador profissional” para as colônias da região. “Em parceria com a Marinha do Brasil, a GNA teria promovido três turmas do curso “Pescador Profissional” que beneficiou em torno de 90 pescadores. Eles participaram das aulas e receberam a Caderneta de Inscrição e Registro, que permite o exercício da atividade de pesca profissionalmente.”

Um dos aspectos similares ao que já foi observado ao caso do Abraçú, é que também em relação às atividades propaladas pela GNA não foram detectadas informações específicas sobre onde ou quando as atividades publicizadas teriam ocorrido ou quem seriam os beneficiários das mesmas. Como resultado, fica inviabilizada qualquer tentativa de análise tanto sobre o alcance das iniciativas, como de sua relação aos objetivos anunciados.

4.2.3 A Vila da Terra e a Feira do Porto: reforçando a imagem de um caso de sucesso

A Vila da Terra surgiu da desapropriação dos moradores para a construção do megaempreendimento do Porto. Desta forma, a Vila da Terra é uma medida compensatória prevista no EIA/RIMA do DISJB (LLX, 2011). Além disso, a Vila da Terra tem sido apresentada em diversos materiais institucionais e vídeos do Porto do Açu como sendo uma ação positiva de responsabilidade social corporativa e considerada um "caso de sucesso" pela Prumo Logística Global, empresa que atualmente controla as operações do Porto açu.

No entanto, em uma visita de campo feita na Vila da Terra em 30 de novembro de 2022 foi possível observar que as famílias que continuam no local enfrentam diversas dificuldades. Um dos principais problemas que os moradores enfrentam é que os lotes distribuídos na Vila da Terra são menores do que aqueles ocupados

anteriormente, impedindo a reprodução das mesmas estratégias de produção adotadas anteriormente. Além disso, as casas entregues pelo Grupo EBX possuem tamanho menor ao que a maioria das famílias possuía. Em conversas ocorridas durante a visita foi possível recolher relatos de moradores que afirmavam que precisaram improvisar para poderem habitar as casas da Vila da Terra devido à falta de alguns itens básicos de infraestrutura (garagem para guardar veículos, varanda).

Na visita feita à Vila da Terra também foi possível observar que não há espaço para atividades de lazer, pois a única quadra de esportes existente no local esta abandonada e cheia de mato. Além disso, a estrada de acesso à Vila da Terra não é pavimentada, o que gera dificuldades para os moradores, especialmente no período chuvoso (Figura 6).

Figura 6 - Vista geral da Vila da Terra e da estrada de acesso ao condomínio rural.



Legenda: 1- Perímetro Urbano da Vila da Terra; 2- Quadra de esportes Vila da Terra; 3- Praça próximo a localidade de Vila da Terra; 4- Estrada de Vila da Terra. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Um detalhe que ainda preocupa os moradores da Vila da Terra é que eles não possuem títulos de propriedade, o que causa insegurança em relação à permanência no local. A ausência de títulos da terra se dá pelo fato de que o condomínio rural foi instalado em terras pertencentes à massa falida da Usina Baixa Grande que faliu em 1996.

Como já indicado anteriormente, um dos projetos realizados pela Porto do Açu seria a chamada “Feira do Porto” cujo objetivo seria “ampliar as fontes de renda de agricultores familiares da região do Porto do Açu”, e, em especial, dos reassentados na Vila da Terra. Entretanto, em entrevistas com um agricultor residente no Alto do Cardeiro, o mesmo indicou que há uma resistência em participar da Feira do Porto por uma série de motivos, incluindo a falta de clareza sobre a localização da feira e o critério de seleção para participação na Feira do Porto. Outro fator inibidor da participação seria a remuneração baixa pelos produtos, o que faz com que os agricultores prefiram usar outros canais para comercializar a sua produção.

Desta forma, a partir das evidências recolhidas na visita à Vila da Terra, é possível dizer que a imagem apresentada de que ali existe um processo de reassentamento modelo que é mostrado nos relatórios de sustentabilidade da Porto do Açu não corresponde à realidade dos fatos.

4.2.4. A Feira “Mostre-se”

O propósito manifesto da Feira Mostre-se seria identificar talentos regionais e divulgar as oportunidades de estágio e trabalho disponíveis nas empresas que atuam no Porto do Açu. A Feira se destaca, assim, como sendo um espaço onde estudantes e profissionais teriam a oportunidade de se aproximar de potenciais empregadores e de conhecer as oportunidades disponíveis no mercado de trabalho local. Com a presença de empresas do Porto do Açu (e.g., Porto do Açu Operações, Dome, Ferroport, GNA), os participantes puderam explorar as diversas áreas de atuação e os tipos de vagas oferecidas por essas empresas. Além disso, o balcão de empregos da Prefeitura de São João da Barra compartilhou um estande com as empresas do porto.

Na edição de 2022, as participantes (e.g.; Porto do Açu Operações, Dome, Ferroport, GNA) distribuíram panfletos com informações sobre supostas oportunidades de emprego e de estágio, bem como as últimas notícias de cada uma delas. Nas

pesquisas realizadas nas páginas e materiais informativos produzidos posteriormente, não há dados sobre a contratação dos participantes para estágio ou emprego a partir da feira, o que torna a ação duvidosa. A multinacional Anglo American também estava presente na Feira, divulgando o site da corporação e o link para se candidatar às vagas disponíveis. Um estudante que visitava a feira comentou sobre o fato de se inscrever no processo de contratação da empresa, mas nunca obter respostas. Um estagiário da empresa, responsável pelo estande, estava explicando como acontece o processo de transporte do mineroduto Minas-Rio. (Figura 7).

Figura 7 - Mosaico de fotografias da Feira Mostre-se em diferentes pontos.



1- Estande da empresa Porto do Açú; 2- Estande Balcão de oportunidades PMSJB; 3- Estande empresa AngloAmerican; 4- Cartaz de informação de estágio AngloAmerican. Fonte: SESMA/LEEA/UENF.

4.2.5. A RPPN Caruara: de vitrine para recuperação ecológica para fonte de conflitos com a população local

A Reserva de Proteção do Patrimônio Natural Fazenda Caruara (RPPN Caruara) é uma compensação ambiental prevista no EIA/RIMA do DISJB (MMX, 2011). A criação da RPPN Caruara está diretamente ligada ao Programa de Compensação Ambiental e ao Programa de Fortalecimento de Unidades de Conservação. Em função disso é que ocorreu a realização do investimento dos recursos das compensações ambientais na sua criação e implantação. Desde a sua criação em 2012 pelo Grupo EBX, a RPPN Caruara passou da condição de condicionante de proteção ambiental a espécie de vitrine das ações de RSC da Porto do Açu. Essa preocupação com o uso da RPPN Caruara como uma espécie de mostruário dos compromissos ambientais do Porto do Açu fica explícita com a contratação de um grande escritório de arquitetura, o STARQ Arquitetos Associados, para desenvolver um projeto de linhas arrojadadas e com contornos ajustados ao meio ambiente (Figura 8).

Figura 8 - Sede da RPPN Caruara com pinturas realçando elementos da fauna.



Fonte: STARQ Arquitetos Associados.

Por outro lado, a existência da RPPN Caruara tem provocado conflitos com a população local em torno do uso do território do V Distrito. Um exemplo disso é o conflito que vem ocorrendo desde o início de 2023 após o fechamento do último acesso existente à Lagoa de Iquipari, um ecossistema que é tradicionalmente utilizado por pescadores artesanais para obter alimentos e fontes de geração de renda. O fechamento desse acesso gerou uma forte insatisfação popular que acabou forçando a realização de uma audiência pública pela Câmara de Vereadores de São João da Barra no dia 29/3/2023 para tratar do problema. O fechamento foi realizado pela Porto do Açú sob a alegação de que o trânsito de pessoas naquela parte da reserva ambiental estaria causando danos ambientais (Folha da Manhã, 2023²). A audiência contou com a presença de pelo menos 120 pessoas, entre moradores e representantes do poder público municipal. A presença desta quantidade de pessoas em um evento noturno demonstrou o grau de engajamento e a mobilização da população em torno da questão do fechamento do acesso à Lagoa de Iquipari. (Figura 9)³.

² Câmara de SJB realiza audiência pública sobre acesso à Reserva Caruara. https://www.folha1.com.br/na_foz/2023/03/1289371-camara-de-sjb-realiza-audiencia-publica-sobre-acesso-a-reserva-caruara.html

³ Além disso, houve a transmissão da audiência pela TV Câmara também serviu para aumentar o alcance do evento, ainda que as gravações não tenham ficado disponíveis no site oficial da Câmara de Vereadores.

Figura 9 - Imagens da audiência pública realizada na sede da Câmara de Vereadores no V Distrito de São João da Barra.



Legenda: 1- Faixada da subprefeitura do V Distrito; 2- Representantes do poder público municipal; 3- Participação da população; 4- Gravação da TV Câmara. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

A ausência de representantes do Porto do Açú e da RPPN Caruara na audiência deixou ainda mais explícito o conflito social que estava ocorrendo naquele momento. A ameaça de convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito demonstrou que a insatisfação da população colocou os vereadores sob pressão para investigar a situação. Os discursos dos vereadores e a fala dos moradores (Anexo 2) que fizeram uso da palavra estavam carregados por uma forte carga emocional e posicionamentos claramente contrários ao fechamento do acesso à Lagoa do Iquipari.

Durante a audiência, o vereador Chico da Quixaba, chegou a chorar de emoção, enquanto outros vereadores fizeram declarações enfáticas e os demais moradores destacaram a importância simbólica e cultural da Lagoa de Iquipari para a comunidade. Por outro lado, a Secretária de Meio Ambiente de São João da Barra destacou sua preocupação com atividades predatórias no interior da RPPN Caruarua (e.g., caça

ilegal e pesca predatória), bem como outras questões relacionadas ao uso de agrotóxicos e o impacto do aterro hidráulico do Porto do Açú sobre a qualidade das águas no V Distrito.

No entanto, apesar das promessas realizadas pelos vereadores naquela audiência, o fechamento do acesso à Lagoa de Iquipari foi mantida pela Porto do Açú, em que pese a insatisfação popular. Essa contraposição entre supostas preocupações ambientais e a demanda de acesso a um ambiente utilizado tradicionalmente pela população local é um claro exemplo do desencontro dos discursos de RSC com a realidade dos territórios em que as corporações instalam seus projetos econômicos. É desta forma que se pode melhor compreender o tipo de tratamento que o uso e o acesso à RPPN Caruara vêm se dando, inclusive com a ocorrência de conflitos sociais com a população do V Distrito.

4.3. O reverso da medalha: a relação com o Porto do Açú a partir de quem vivencia o cotidiano do V Distrito

Em um esforço para verificar o impacto da implantação do Porto do Açú na vida dos habitantes do V Distrito de São João da Barra, bem como da relação estabelecida com as empresas que atuam no empreendimento a partir dos programas e projetos de RSC foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete informantes principais (Apêndices 3 e 4). Essas entrevistas foram aplicadas buscando aprofundar temas específicos, mas antes foram abordados temas mais gerais que serviram para aprofundar o conhecimento sobre alguns aspectos que os próprios informantes julgassem importantes. Nesse sentido, foram aplicadas perguntas cujo objetivo era obter o ponto de vista dos participantes sobre os impactos do Porto do Açú, mas especialmente sobre as ações de RSC que estão sendo executadas no V Distrito de São João da Barra que se encontra na área de influência direta do empreendimento.

4.3.1. A persistência da memória do processo de desapropriações de terras como elemento de geração de laços de cooperação

Um dos aspectos mais traumáticos em relação à implantação do Porto do Açú foram as desapropriações realizadas pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (Codin) para a implantação do chamado Distrito Industrial de São

João da Barra. Essas desapropriações foram caracterizadas por um forte aparato policial em combinação com funcionários do Porto do Açú, e atingiu em torno de 500 pequenas propriedades (Pedlowski, 2013). Nas entrevistas com os quatro moradores do V Distrito, ficou patente que as desapropriações foram marcadas por conflitos e que não ocorreram de maneira pacífica, envolvendo a intervenção de forças policiais e ações do poder público que foram vistas de forma negativa e que ainda causam desconfiança em relação às tentativas de aproximação por parte das empresas do Porto do Açú.

Em relação à experiência traumática das desapropriações, o Entrevistado 1 apontou que no período em que elas ocorreram, a localidade do Alto do Cardeiro contava com uma associação de moradores, e que inicialmente todos eram bastante assíduos nas ações realizadas contra os impactos causados pela implantação do Porto do Açú. Ainda segundo o Entrevistado 1, as redes de colaboração e ajuda mútua demonstraram uma resistência e mobilização contra os impactos causados pela chegada do Porto do Açú. As práticas de reuniões e assembleias durante o processo de desapropriação serviram de base para formas adicionais de ação coletiva e força. A formação de uma identidade grupal entre os próprios agricultores, baseada na amizade e solidariedade, teria permitido que se superasse a falta de assistência do governo e de ressarcimento pela perda das terras.

As respostas dos moradores apontam que uma das estratégias da maioria dos atingidos atualmente, é não participar dos programas que o Porto oferece porque não existem laços de confiança após o que aconteceu durante as desapropriações. Essa informação ficou explícita nas respostas, pois de acordo com os entrevistados 1, 2 e 7, que apontaram para a existência de uma opção de auto exclusão em relação às diferentes ações de RSC desenvolvidas pelas empresas do Porto do Açú (i.e., reuniões, fórum, audiências, cursos). De acordo com as entrevistas, essa tática decorre da desconfiança da genuinidade das ações das empresas em relação a eventuais benefícios para a população do V Distrito. De acordo com o Entrevistado 1, muitos moradores evitam participar dos encontros e reuniões pois percebem que o discurso é o mesmo e nada de efetivo acontece. O receio e a desconfiança por parte dos agricultores refletem a relação conturbada da comunidade com o Porto.

4.3.2. A participação nas ações de RSC: entre o ceticismo e o pragmatismo

Em relação às ações decorrentes dos programas e projetos de RSC realizados pelas empresas do Porto do Açu, os Entrevistados 1 e 2 afirmaram que participam das reuniões, fóruns, audiências e cursos oferecidos pelas empresas, mas que não concordam com as práticas de protelação que as empresas fazem em relação aos impactos negativos que o empreendimento teria acarretado (.e.g, falta de ressarcimento pelas desapropriações, erosão costeira, salinização das águas continentais).

Um aspecto que revela a relação de ceticismo dos moradores em relação às ações de RSC realizadas pelas empresas do Porto do Açu ficou aparente nas respostas dadas pelos entrevistados 1 e 2 que apontaram que o motivo de sua participação nas ações se dá por um elemento pragmático, pois segundo eles, a participação ocorre mesmo sabendo que aquilo que está sendo oferecido pelas empresas são apenas uma moeda de troca e muito aquém do ressarcimento necessário para os danos causados no V Distrito. Já o Entrevistado 2 afirmou que sua participação nos cursos oferecidos pelas empresas é também “uma forma de saber o que o empreendimento pretende realizar na sua localidade, e que “se inscreve em tudo que as empresas oferecem como uma forma de se manter informado sobre as ações das empresas do Porto”.

Durante as entrevistas com os Entrevistados 1,2 e 7 foi possível identificar que a participação dos agricultores nos projetos de RSC realizados pela Ferroport (Projeto I) e pela Chevron (Projeto II) que foram desenvolvidos em parceria com a UFRuRJ na localidade de Alto do Cardeiro foi comprometida pelo receio dos mesmos de se relacionar com empresas ligadas ao Porto do Açu. Curiosamente, foi a baixa adesão dos agricultores de Alto do Cardeiro, que acarretou a extensão desses projetos para localidades adjacentes (e.g.; Barra do Açu e Capela São Pedro).

4.4. A vida no V Distrito após a chegada do Porto do Açu

A implantação do Porto do Açu foi antecipada por uma série de promessas associando a chegada do empreendimento ao progresso e ao desenvolvimento econômico de São João da Barra. Nesse sentido, os entrevistados foram perguntados sobre a situação de vida atual em comparação com o período anterior à chegada do

Porto. No caso dos entrevistados que eram moradores do V Distrito (Entrevistados de 1 a 4), os mesmos responderam de forma geral que as condições de vida pioraram com a chega do empreendimento, em função de uma série de fatores (Tabela 4),

Quadro 4 - Principais problemas associados à implantação do Porto do Açú.

Entrevistado	Perfil do entrevistado	Principais problemas com a chegada do porto
1	Morador da localidade de Alto do Cardeiro, agricultor.	Perda da liberdade, insegurança pública, salinização das águas queda na produção agrícola e de atividades de pesca, piora no acesso ao lazer, piora na infraestrutura pública
2	Morador da localidade de Barra do Açú, agricultor.	Perda da liberdade, insegurança pública, salinização das águas, queda na produção agrícola e das atividades de pesca, piora no acesso ao lazer, piora na infraestrutura
3	Morador da Localidade de Barra do Açú.	Perda da liberdade, insegurança pública, piora no acesso ao lazer, piora na infraestrutura pública
4	Morador da localidade do V distrito.	Perda da liberdade, insegurança pública, piora no acesso ao lazer, piora na infraestrutura pública

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, foi possível inferir que o descumprimento das promessas de progresso e desenvolvimento para o V Distrito e os impactos negativos que são associados à implantação do Porto do Açú (e.g., a salinização das águas) criaram um ambiente de rejeição ao empreendimento, processo esse que não está sendo minimizado pelas diferentes ações de RSC realizadas pelas empresas, principalmente pela Porto do Açú.

Além disso, os entrevistados apontaram de forma unanime para a existência de graves dificuldades em relação à infraestrutura de serviços públicos. A principal delas seria a piora nas condições de conservação das estradas internas e de acesso às localidades distantes que não são utilizadas pelas empresas do Porto do Açú (Figura 10).

Figura 10 - Estradas de acesso à localidade de Alto do Cardeiro (1) e à Vila da Terra (2).



Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Em relação à qualidade dos serviços públicos, os entrevistados (1,2,3 e 4) foram unânimes em apontar que a saúde é um problema persistente que afeta a qualidade de vida dos moradores. Segundo os entrevistados, o oferecimento dos serviços de saúde pública é comprometido por uma série de fatores que incluem a carência de profissionais e a limitação dos horários de atendimento. Ainda segundo, os entrevistados, esses problemas são mais visíveis nas localidades de Mato Escuro e Barra do Açu. O déficit de profissionais sobrecarregaria os poucos servidores existentes, os quais precisam atender um grande número de pacientes, muitas vezes em condições precárias.

Durante as visitas de campo, foram encontradas duas unidades de saúde na localidade de Mato Escuro, uma com atendimento em plantão de 24 horas e outra de atendimento básico. Em visitas feitas aos dois postos foi possível encontrar uma ambulância e profissionais de apoio, mas nenhum profissional de saúde para atendimentos de emergência. De acordo com a informação dos funcionários da unidade principal, a localidade oferece transporte de ambulância para Campos dos Goytacazes em casos de emergência.

Finalmente, em relação às área de lazer, as informações oferecidas pelos entrevistados e confirmadas por visitas de campo indicam que a situação também é precária. Um local específico que foi visitado é a faixa de areia próxima ao quebra-mar

do Terminal 2 do Porto do Açú que passou por um processo de engorda com sedimentos vindos da Praia do Açú. Esse local se tornou mais frequentado com a diminuição da faixa de areia próxima à localidade de Barra do Açú (Figura 11).

Figura 11 - Faixa de areia próxima ao quebra-mar do Terminal 2 do Porto do Açú que se tornou uma área de lazer após a diminuição da faixa de areia na Praia do Açú em função de processo erosivo.



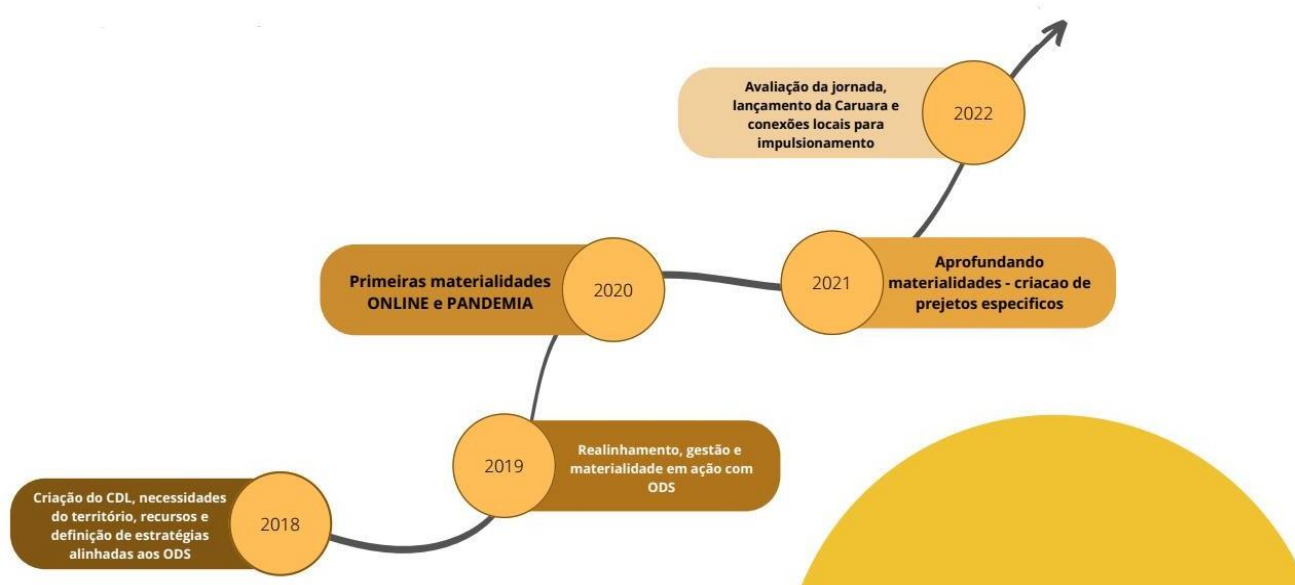
Legenda: 1- área externa do Porto do Açú; 2- área utilizada pelos banhistas; 3- área utilizada como banheiro pelos banhistas; 4- área de lazer Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Um dos elementos mais evidentes que foram observados na visita à área vizinha ao quebra-mar do Terminal 2 é que havia restos de lixo e barracas improvisadas para vendas de produtos aos frequentadores. Essa situação é um exemplo claro de como as alterações ambientais que ocorreram no entorno do Porto do Açú impactaram não apenas o acesso à atividades de lazer, mas também a geração de renda na Barra do Açú, visto que a Praia do Açú era historicamente a principal área de lazer dos habitantes do V Distrito de São João da Barra, especialmente no período do verão.

4.5 A Falta de transparência e a participação restrita no Conselho de Desenvolvimento Local do Porto do Açu.

Segundo um documento intitulado “Conselho de Desenvolvimento Local: A Jornada Evolutiva de 2018 a 2022” (Porto do Açu, 2022), a criação do Conselho de Desenvolvimento Local (CDL) teria sido iniciada em 2018, e, desde então o organismo vem passando por uma série de ajustes (Figura 12).

Figura 12 - Evolução cronológica do CDL do Porto do Açu.



Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Em 2020 a área de comunicação social da Porto do Açu divulgou o CDL como sendo um exemplo de gestão democrática do território. No entanto, segundo o que foi apurado com o Entrevistado 6, a participação no referido Conselho é seletiva e a critério do Porto do Açu. Além disso, o Entrevistado 6 também afirmou que os assuntos discutidos nas reuniões do Conselho não geram obrigações de que sejam cumpridas pelas empresas do Porto do Açu. Segundo o Entrevistado 6, essa situação coloca em questão a representatividade do Conselho, especialmente se for levado em conta que apenas um grupo seleto de pessoas está envolvido nas discussões.

Outra ponderação feita pelo Entrevistado 6 se referiu às instituições que fazem parte do CDL, na medida em que essa composição coloca em dúvida a legitimidade política e transparência no processo de tomada de decisões, uma vez que há uma seleção prévia dos representantes da localidade que podem participar. Para o entrevistado 6, essa estratégia de definição da composição do Conselho visa alcançar uma maior credibilidade para influenciar a percepção pública sobre as decisões tomadas. Além disso, a seleção prévia de quem pode participar representaria uma forma explícita de controle na participação, o que levantaria dúvidas sobre a efetiva inclusão da comunidade local nas discussões e decisões realizadas pelo CDL.

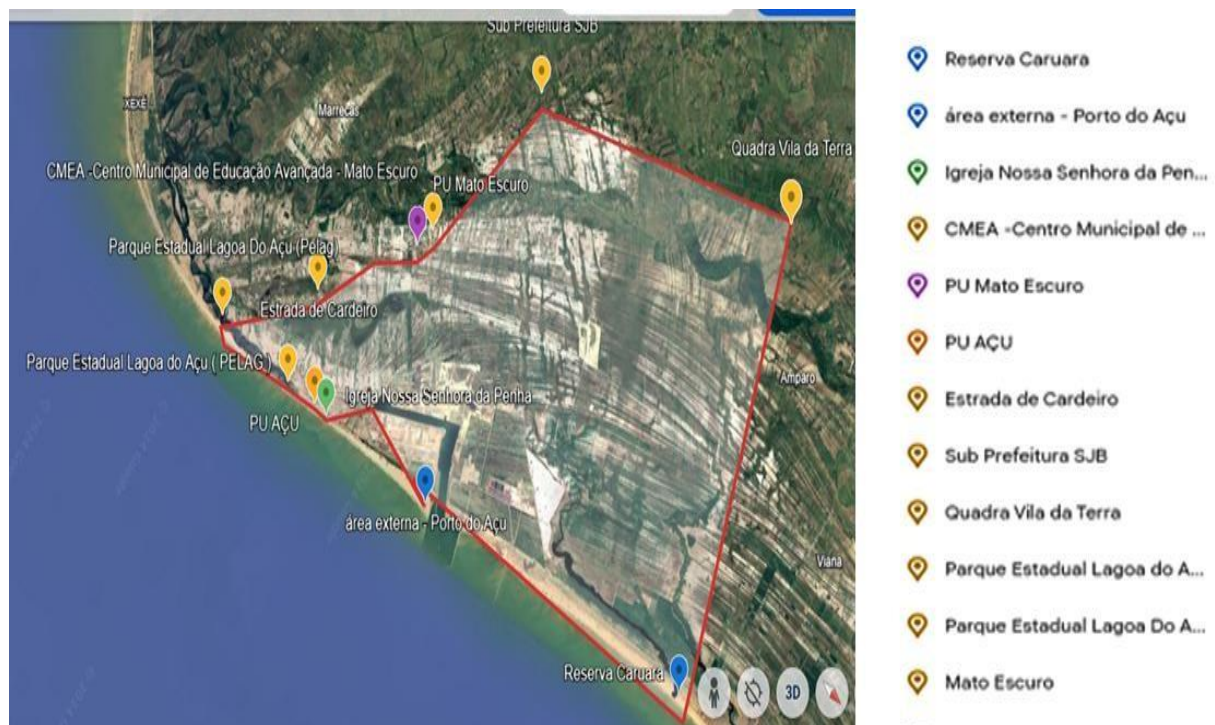
A leitura de um relatório de atividades do CDL produzido em abril de 2024 (Anexo 3) aponta que o Conselho de Desenvolvimento Local é composto por representantes da Porto do Açú, de pesquisadores de instituições universitárias locais (i.e., IFF, UENF, UFF, UFRRJ), de membros de instituições ligadas ao setor privado. Além de líderes das organizações da Sociedade Civil. No entanto, a leitura dos dois documentos do CDL a que se teve acesso na presente pesquisa não trouxe informações sobre como esses representantes foram incluídos no CDL, nem se representam formalmente as instituições a que estão ligados.

No entanto, o entrevistado 6 destacou que a participação no Conselho seria fechada e que, por isso, não haveria envolvimento direto da comunidade do V Distrito no seu funcionamento. Além de ser elitista, esse viés de composição ilustra a falta de representatividade política das decisões do Conselho, o que se choca com a imagem de RSC que é difundida nos documentos acessados do CDL do Porto do Açú.

4.6 Itinerário de perambulação no V Distrito de São João da Barra

Um itinerário de perambulação foi realizado com o objetivo de marcar pontos específicos em determinadas áreas do V distrito (Figura 13). O propósito da realização desse itinerário foi acompanhar as mudanças após a implantação do Porto do Açú.

Figura 13 - Mapa demonstrativo do itinerário de imagens realizado no V Distrito de São João da Barra para documentar possíveis mudanças ocorridas após a implantação do Porto do Açu.



Fonte: SESMA/LEEA/UENF

O primeiro local visitado foi a localidade de Alto do Cardeiro em junho de 2021. Outra visita ocorreu em novembro de 2022 para verificar as ações em andamento na localidade.

Figura 14 - Mosaico de fotografias retiradas da localidade de Alto do Cardeiro.



Legenda: 1 -Vista da Estufa de Mudanças no caminho para Alto do Cardeiro; 2- Vista da propriedade de um entrevistado. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Em setembro de 2022, as visitas foram realizadas nas localidades de Mato Escuro, Capela São Pedro e Barra do Açú. Durante o trajeto foi possível identificar o Sítio do Birica, uma das propriedades em que o proprietário resistiu de forma exitosa às desapropriações realizadas pela Codin (Figura 15).

Figura 15 - Mosaico de fotografias retiradas do sítio do Birica – V distrito.



Fonte: SESMA/LEEAA/UENF

Durante as visitas realizadas na Praia do Açú, ficou evidente que está ocorrendo um processo erosivo na Praia do Açú que ameaça, inclusive arrastar parte das construções que formam a localidade da Barra do Açú (Figura 16).

Figura 16 - Mosaico de fotografias do processo de erosão da Praia do Açú – V distrito.



Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Nesse caso, um detalhe que expressa a distância entre os compromissos de RSC declarados pelas empresas em seus relatórios de sustentabilidade e o que está ocorrendo no território foi a observação de que as sinalizações na orla da Praia do Açú continham propagandas do Porto, como também era o caso das lixeiras colocadas ao longo da praia. Além disso, além do processo de erosão costeira que está em curso, essa visita à Barra do Açú permitiu a constatação de que não houve melhoria na infraestrutura urbana. Entre outras coisas, a Barra do Açú continua desprovida de um terminal rodoviário (Figura 17).

Figura 17 - Mosaico de fotografias retiradas da Praia do Açú – V Distrito.



Legenda:1- Lixeiras distribuídas pela praia do Açú; 2- Lixeiras distribuídas pela localidade; 3- Espaço utilizado para embarque e desembarque de passageiros; 4- Espaço utilizado para esperar ônibus. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

Em novembro de 2022 foi realizada uma visita de campo na área de convivência do Porto do Açú, onde foram visitadas a Feira do Porto e o Hotel Açú, ambos empreendimentos financiados pela Porto do Açú (Figura 18).

Figura 18 - Mosaico de fotografias retiradas do espaço de convivência do Porto do Açu.



Legenda: 1 - Vista do local de realização da Feira do Porto; 2- Vista do prédio da empresa Porto do Açu ;
3- Estação Açu – área de refeição; 4 – vista do Açu Hotel. Fonte: SESMA/LEEA/UENF

A área destinada à realização da Feira do Porto fica localizada no espaço de convivência do Porto. No entanto, nesse dia ao visitar a feira no horário indicado no site, o espaço estava completamente vazio, sem qualquer indicação da presença de agricultores. Nesse mesmo dia foi realizada uma visita às dependências do Açu Hotel, onde foi possível constatar que a estrutura do hotel segue padrões de conforto e é espaçosa, mas não havia indicação de que haviam hóspedes presentes, pois o local também estava vazio durante a visita.

CONCLUSÕES

Ao longo do Século XX, as grandes corporações capitalistas se posicionaram como verdadeiros Estados Nacionais, impactando todas as esferas da vida. No Brasil, a economia baseada no extrativismo agrícola e mineral intensificou a exploração da natureza e do trabalho humano, sob a justificativa de desenvolvimento econômico. Assim, preocupadas com os impactos causados pela associação com atividades degradadoras do meio ambiente e deslocadora das populações que vivem em territórios escolhidos para a implantação de megaempreendimentos, as corporações têm adotado mecanismos de controle social, sob a capa do discurso da Responsabilidade Social Corporativa, para suavizar possíveis impactos sobre sua imagem visando atrair acionistas que possam alavancar seus negócios.

Esse processo de controle de danos sobre a imagem corporativa foi possível a partir de uma nova formatação para o conceito de governança, o qual destaca a participação de diversos atores na formulação e implementação de políticas públicas e ações de responsabilidade social. Esta mudança levou as corporações a se engajarem em novos arranjos de relacionamento com o Estado, frequentemente em parceria com organizações pertencentes ao Terceiro Setor. Por outro lado, a hegemonia das políticas neoliberais possibilitou o crescimento de atividades das organizações do Terceiro Setor, na medida em que houve uma diminuição da intervenção do Estado.

A presente pesquisa visou estudar o alcance e o impacto das ações RSC realizadas por grandes empresas instaladas no Porto do Açu, um empreendimento portuário que, apesar de ser privado, contou com grandes incentivos por parte do Estado brasileiro. Um dos principais elementos de suporte do Estado foi a realização de um amplo processo de desapropriação de terras que atingiu centenas de famílias de agricultores familiares e pescadores artesanais sob a desculpa de liberar terras para a instalação de um distrito industrial na retroárea do Porto do Açu.

Os resultados desta pesquisa revelam que, apesar das aparentes intenções benéficas, as ações de ESG promovidas pelas empresas do Porto do Açu se mostraram insuficientes para mitigar os danos sociais e econômicos causados no V Distrito de São João da Barra, região que foi diretamente afetada não apenas pelo processo de desapropriação de terras, mas também por repercussões ambientais

negativas, incluindo a remoção de vegetação de restinga, salinização de águas continentais, e erosão costeira.

As análises realizadas em evidências documentais e informações obtidas em trabalho de campo mostram que as estratégias de RSC adotadas pelas empresas do Porto do Açu falharam em proporcionar uma reparação concreta dos danos e perdas causados às comunidades atingidas. A principal razão pela incongruência das ações executadas é que as mesmas foram pontuais e que, conseqüentemente, não conseguiram mitigar os impactos socioambientais causados pela implantação e funcionamento do Porto do Açu. Esses resultados indicam que as tentativas de estabelecer mecanismos de reparação a partir da lógica empresarial, visando basicamente manter uma imagem corporativa positiva, não tem a capacidade de resolver os problemas socioambientais gerados pela implantação e funcionamento de grandes empreendimentos portuários. Assim, os projetos/programas publicizados pelas empresas têm mais o sentido de diminuir o risco social das suas atividades, onde o discurso ético e socialmente responsável é basicamente utilizado para manter uma imagem positiva junto aos acionistas existentes ou potenciais, sem oferecer uma real solução para os problemas gerados pelo empreendimento. A falta de registros confiáveis acerca da execução e alcance das ações de RSC também aparece como um elemento de descrédito das mesmas.

Em função disso, a pesquisa identificou a persistência do descontentamento social em relação ao Porto do Açu, principalmente em função da ausência da compensação financeira para as famílias que tiveram suas terras desapropriadas pelo governo do Rio de Janeiro. O fato é que após mais de uma década após o início das desapropriações, as famílias atingidas pelas desapropriações continuam aguardando o ressarcimento financeiro previsto pela legislação, o que explica o descontentamento existente tanto em relação ao governo estadual do Rio de Janeiro quanto às empresas que atuam no Porto do Açu.

Dessa forma, conclui-se que as estratégias de RSC adotadas no contexto do Porto do Açu não atingiram os objetivos declarados em prol da responsabilidade social e ambiental. Em consequência, o que fica colocado em xeque é a noção de que as empresas podem ser substitutas efetivas do Estado no gerenciamento e reparação

das repercussões negativas da implantação de empreendimentos que impliquem na remoção de populações de territórios tradicionais ocupados por elas.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. Más allá del desarrollo Quito: AbyaYala, Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- ACSELRAD, Henri (2018) Territórios do capitalismo extrativista: a gestão empresarial de “comunidades”. In: ACSELRAD, H. (Org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond. p.33-60.
- AGB. Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açú. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2011.
- ALMEIDA, A. W. et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ALVARENGA, Felipe M. Os deserdados do desenvolvimento: o caso da implantação do complexo portuário e industrial do Açú e seus impactos socioterritoriais. Dissertação.(Mestrado em Políticas Sociais)- UENF, Campos dos Goytacazes, 2013.
- ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política . Ano 1 Nº 01, fev. 2013
- BARCELOS, Eduardo (coord.). O projeto Minas-Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos. Relatório Preliminar. Minas Gerais – Rio de Janeiro, dez. 2013.
- BOSCHI, Renato e DINIZ, Eli. A Difícil rota do desenvolvimento: empresários e agenda pós-liberal. Editora UFMG: Belo Horizonte-MG, IUPERJ: Rio de Janeiro, 2007
- CEZAR, M. D. J. Responsabilidade Social: uma expressão da hegemonia. In: FRANCISCO, E. M. V.; ALMEIDA, C. C. L. de (Org.). Trabalho, território, cultura. São Paulo: Cortez, 2007.
- CORRY, O. 2010. Defining and Theorizing the Third Sector. In: Third Sector Research, Rupert Taylor (editor), pp. 11-20. Springer. New York.
- DENEALT, Alain (2018) As empresas multinacionais: um novo poder soberano

- inscrito na ordem das coisas. In: Henri Acselrad (Org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades. O neoextractivismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond. p.13-32.
- DEUTSHER, Irwin. Social theory, social programs and social program evaluation: a metatheoretical note. *The Sociological Quarterly*, Cambridge, 20, été 19
- ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política*, vol. 31, nº 1 (121), PP. 31 – 55, janeiro-março / 2011.
- FEARNSIDE, P. M.; LAURANCE, W. F. (2012). Infraestrutura na Amazônia: as lições dos planos plurianuais. *Caderno CRH*, 25(64): 87-98.
- FOSTER BELLAMY, John. A ecologia da economia política marxista in *Lutas Sociais*, São Paulo, n.28, p.87-104, 1o sem. 2012
- FRIEDMAN, M. *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- FREEMAN, H.E., & SHERWOOD, C.C. (1970). *Social research and social policy*. Englewood Cliffs. NJ: Prentice-Hall.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico* São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GAINER, B. 2010. Corporate Social Responsibility. In: *Third Sector Research*, Rupert Taylor (editor), pp. 187-200. Springer. New York.
- GILLAN, Stuart L. & KOCH, Andrew & STARKS Laura T., Firms and social responsibility: A review of ESG and CSR research in corporate finance, *Journal of Corporate Finance*, Volume 66, 2021, 101889, ISSN 09291199, <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2021.101889>. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929119921000092>)
- GOULDNER, A.W. 1980. *The Two Marxisms: Contradictions and Anomalies in the Development of Theory*. New York: The Seabury Press.
- GRAMSCI, A. 2000. *Cadernos do cárcere*. volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 420p.
- GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CENTRO

ANDINO DE ACCION POPULAR (CAAP); CENTRO LATINO AMERICANO DE ECONOMÍA SOCIAL (CLAES) (Ed.). Extractivismo, política y sociedad Quito: Caap; Claes, 2009. p. 187-225.

IANNI, Octavio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Editora Civilização Brasileira, 3ª edição, 1979. Rio de Janeiro – RJ

IBGE, Censo 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 2020

JACOBI, Pedro Roberto e Sinisgalli, Paulo Antonio de Almeida Governança ambiental e economia verde. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2012, v. 17, n. 6 [Acessado Dezembro 2021], pp. 1469-1478. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600011>>. Epub 12 Jun 2012. ISSN1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600011>.

LANDIM, L.. Ações em sociedade: Militância, caridade, assistência etc. Editora Nau. 1998.

LASCHEFSKI, K. A. O Extrativismo 4.0 e o “Regime ambiental coronelista”: A articulação de sistemas ambientais brasileiros com esquemas de governança multistakeholder global : Extractivism 4.0 and the “regime of environmental coronelism”: The articulation of the Brazilian environmental systems with global multistakeholder governance schemes. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 107–161, 2021. DOI:10.48075/amb.v3i2.28409. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28409>. Acesso em: 15 fev. 2022.

LATINI, Juliana R. A Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) enquanto instrumento participativo e preventivo no contexto do neodesenvolvimento: o caso do Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu (CLIPA) Dissertação de Mestrado, UENF, 2016.

LIMA, J. M. F. de ., Fontes, R. B., & Souki, L. G.. (2022). Governança neoliberal em territórios minerários: o investimento social privado na RMBH. *Cadernos Metrópole*, 24(54), 625–646. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5408>

LIST, J. A., & Momeni, F. (2021). When corporate social responsibility backfires:

- Evidence from a natural field experiment. *Management Science*, 67(1), 8–21.
- LOPEZ, F. G. (org.) (2018). *Perfil das organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília, Ipea. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33432 Acesso em: 20 out 2022.
- MAHER, R.. (2021). Deliberando ou protelando por justiça? Dinâmicas de remediação corporativa e resistência às vítimas pelas lentes do parentalismo: o caso da Fundação Renova no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 607–622. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210110>
- MARX, Karl (1974). *Early Writings*. London: Penguin
- MATHIS, A. A.; e MATHIS, A. Responsabilidade social corporativa e direitos humanos: discursos e realidades. *Revista Katálysis* [online]. 2012, v. 15,n. 1 [Acessado 13 Abril 2022] , pp. 131-140. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100013>>. Epub 22 Jun 2012. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802012000100013>.
- MILANEZ, B. SANTOS, R. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? in: 37 encontro anual da anpocs. Águas de Lindóia, 2013.
- MORAES, E. M. C. de., Marçal, L. A. ., Esteves, B. D. S. ., Rabelo, J. T. ., & Sousa, W.P. D. . (2021). ABRAÇU: DESENVOLVENDO O VOLUNTARIADO. *Revista Multidisciplinar De Educação E Meio Ambiente*, 2(3), 79. <https://doi.org/10.51189/rema/2103>
- MORIOKA, S. N. et al. Revisão sistemática da literatura sobre medição de desempenho de sustentabilidade corporativa: uma discussão sobre contribuições e lacunas. *Revista Gestão & Produção*, v. 25, n. 2, 2018, p. 284-303.
- MÜLLER, L. H. A. A construção do social a partir da ótica empresarial. In: V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE (PUCRS). O mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre, 2 a 5 de maio, 2006.
- PEDLOWSKI, M. A. (2001) O ressurgimento da sociedade civil e o lugar de suas organizações nos processos de democratização e desenvolvimento econômico. *Ciências Sociais UNISINOS*. São Leopoldo: UNISINOS, 37 (159):153-175.

- PEDLOWSKI, M.A. Mega-Projects and State-driven land grabbing in Brazil: violence and dispossession in the Name of Economic Development. Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbing II, Ithaca, NY, 2013.
- PINTO, R. G. Apropriações empresariais das ciências sociais: o caso da “responsabilidade social corporativa” no setor extrativo. In: ACSELRAD, H. Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. Rio de Janeiro: Garamond, 2018, p. 131-157
- PONTES, Nádia. Governo Bolsonaro pratica nacionalismo seletivo na Amazônia. Entre-vista com a antropóloga Andréa Zhouri. 17 set. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/governo-bolsonaro-pratica-nacionalismo-seletivo-na-amaz%C3%B4nia/a-54956948>>. Acesso em 02/11/2022.
- SALLES, W. BARROS, S. R. da S. VELOSO, L. H. M. Racionalidade Coreográfica: o dilemma da gestão do risco social
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012 <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/XSSKWS3N6nGBxSfFwy7cvTF/?lang=pt>
- SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Atualizando a análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS. Anais... São Luís, 2014. Social, Technological and Environmental Science 2021, v.10, n.2. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i2.p09-25>
- SILVA, E.A.; FREIRE, O. B. L.; SILVA, F.Q.P.O. Indicadores de Sustentabilidade como Instrumentos de Gestão: uma análise da GRI, ETHOS E ISE. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS, v.3, n.1, jan./abril. 2014.
- TENÓRIO, F. G. (Org.). Responsabilidade social empresarial: teoria e prática. 2.ed.rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- TOCQUEVILLE, A.. A democracia na América. Editora Edipro 2016.
- TORRES, Michelangelo Marques. Cidadania do Capital? A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. Editora Alameda, 2019.
- VAINER, Carlos. Conceito de “atingido” uma revisão do debate. IN ROTHMAN,

Franklin D. Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008.

VERDUM, R. (2012). Obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira. Brasília: INESC, 27p.

VILANI, R.M., CRUZ, J.V. e PEDLOWSKI M.A., 2021. O sal do porto: conflitos ambientais no Porto do Açu, Rio de Janeiro, Brasil. Ambiente e Sociedade 24(1) DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200190r1vu2021L5AO>

Sítios da internet:

Blog do Roberto Moraes <http://www.robertomoraes.com.br/2020/06/> acessado em 13 de janeiro de 2022.

<https://www.prumologistica.com.br/pt/> acessado em 25 de janeiro de 2022.

<https://portodoacu.com.br/vila-da-terra/> acessado em 29 de janeiro de 2022

<https://blogdopedlowski.com/2015/04/20/prumo-logistica-ampliavila-da-terra-mas-como-fica-a-questao-da-propriedade-da-terra/> acessado em 5 de janeiro de 2022

<https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/historico/> acessado em 10 de março de 2022.

<https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=MTM4&l=tx> acessado em 10 de março de 2022.

<https://www.gna.com.br/sustentabilidade/responsabilidade-social> acessado em 10 de março de 2022.

FOLHA DA MANHÃ. Protesto por aproveitamento de mão de obra. Folha da Manhã, Campos dos Goytacazes. Disponível em: http://www.folha1.com.br/_conteudo/2018/04/na_foz/1233132-protesto-or-aproveitamento-de-mao-de-obra.html. Acesso em agosto de 2021.

APÊNDICE 1- Lista de Programas e Projetos desenvolvidos pelas empresas do Porto do Açu

Nome	Descrição	Empresas envolvidas
AbrAçu	Programa de voluntariado social com atuação em atividades voltadas para a população e ações de filantropia	Porto do Açu + empresas parceiras não identificadas
Comitê de Responsabilidade Social e A Humanitárias	Campanha educativa realizada durante a pandemia da COVID-19.	Porto do Açu, em parceria com Firjan e SENAI.
Comitês Comunitários.	Fórum para intercâmbio de ideias e informações entre o Porto do Açu e as comunidades de entorno.	Porto do Açu
Conexão Açu	Intercâmbio de conhecimento com estudantes universitários	Porto do Açu, IFF, Universidade Cândido Mendes, Estácio, UFF, UENF, Uniflu e ISECENSA.
Rodada de Negócios	Treinamento de fornecedores locais para atendimento de empresas do Porto do Açu	Porto do Açu Operações, GNA, Ferroport, Vast, NOV, TechnipFMC, BPort, Anglo American, Vix, OceanPact e Dome.
Feira do Porto	Ampliação das fontes de renda de agricultores familiares da região do Porto do Açu	Porto do Açu
Feira Mostre-se	Identificação de talentos regionais e divulgação de oportunidades de emprego no Porto do Açu	Porto do Açu, Dome, Ferroport, e GNA.
Juventude Empreendedora	Treinamento de jovens em técnicas de empreendedorismo social	Porto do Açu
Programa de Estágio Técnico	Incentivo para a população local com oportunidades de treinamento profissional	Porto do Açu Operações, Vast, Ferroport, GNA.
Projeto com produtores rurais (I)	Fortalecimento da cadeia produtiva de pequenos empreendedores agrícolas na localidade de Alto do Cardeiro.	Ferroport em parceria com a UFRuRJ
Projeto com produtores rurais (II)	Fortalecimento da cadeia produtiva de pequenos empreendedores agrícolas na localidade de Alto do Cardeiro.	Chevron Brasil Óleo e Gás em parceria com a UFRuRJ
Projeto Tamar	Monitoramento e recuperação da população de tartarugas marinhas	Porto do Açu, Vast, Ferroport, GNA em parceria com o Projeto Tamar.
Reserva Caruara	Espaço voltado para disseminação de conhecimento ecológico	Porto do Açu
Salvando Vidas	O Comitê de Ações Humanitárias do Porto do Açu se uniu no combate à pandemia. doação de R\$ 400 mil para o projeto de financiamento coletivo “Salvando Vidas”, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	GNA, Ferroport, Vast e Porto do Açu Operações.
Verão sem acidentes	Campanha de prevenção de acidentes de trânsito	Porto do Açu, GNA, Vast, Ferroport, TechnipFMC.

Apêndice II– Audiência pública Fechamento da Reserva Caruara - Participação Popular e Mobilização

Participantes	Elemento principal da fala
Secretária de meio ambiente	“o mundo está se desenvolvendo”, “o desenvolvimento é bom” “a reserva tem câmeras 16 Trap que registram pessoas pescando no período do defeso”
Vereado Chico da Quixaba	“Falta de consideração da Reserva Caruara” com o povo do V Distrito”, “querem tirar o direito de ir e vir do povo, isso é um absurdo, foi Deus que deixou pra nós”, “eu tenho direito de pegar um peixe pra mim comer”
Vereador Frank Areas	“Vamos oficializar eles” (Reserva Caruara) sobre essa situação, pois “existe ser humano” no V Distrito
Vereador Júlio Monteiro	“crime maior eles cometem” quando fecham a Caruara para o povo.
Vereador Julinho Peixoto	“Como o pescador de Quixaba vai dar a volta?” “Só existe crime ambiental do pescador?” “A gente acorda de manhã e vê a neblina, a fumaça que o porto joga todo dia na gente”
Vereador Elias Rodrigues	“ (...) Quem deve ao povo é o Porto do Açú” (sobre as indenizações não pagas pelas desapropriações realizadas no V Distrito)
Vereadora Soninha Pereira	Falou que a deputada vai brigar por eles porque agora eles têm uma deputada deles lá dentro. (em referência à deputada é Carla Machado (PT/RJ), ex-prefeita de São João da Barra)
Kaká	Falou do Aterro Hidráulico e dos seus malefícios para a população
Liderança da ASPRIM	“Um terço do município é do porto do açú” . Indenização que o porto deve “lagoa não é do homem é um presente de Deus” Falou da morte de animais nas vias de acesso que ligam ao porto
Morador não identificado	Questionou o porquê de o caminho ser aberto só aos finais de semana e a possibilidade de abrir a semana toda.

Apêndice III – ROTEIRO ENTREVISTA COM AGRICULTOR

Roteiro de entrevista 2022 – 2023

Local _____ N° _____

IDENTIFICAÇÃO

- 1- Nome- _____
 - 2- Moradia _____
 - 3- Com quem (Quantidade)? _____
 - 4- Qual sua principal atividade de renda? E da sua família?
-

PARTE II

- 5- O que cultivava (Comparação com o período anterior ao Porto) E agora? Algum prejuízo estimado?
- 6- Tamanho da propriedade? Antes e Agora
- 7- Como vivem atualmente? (Comparação com período anterior ao Porto)
- 8- As empresas oferecem algum benefício para você ou alguém da família?
- 9- Conhece algum projeto do Porto? Qual?
- 10- Qual sua perspectiva em relação ao Porto do Açu?
- 11- Conhece o empreendimento? Alguém da família trabalha ou já trabalhou?
- 12- Já participou ou participa de reuniões com representantes das empresas? (mediação de conflitos das “partes interessadas”)
- 13- Participa da associação de moradores?
- 14- Quais as dificuldades da localidade?
- 15- Nos últimos anos a qualidade de vida da localidade melhorou ou piorou?
- 16- A localidade possui serviços de saúde, educação e saneamento?
- 17- Alguma observação para destacar?

Apêndice IV – ROTEIRO ENTREVISTA COM MORADOR

Roteiro de entrevista 2022 – 2023

Local _____ N° _____

IDENTIFICAÇÃO

18- Nome- _____

19- Moradia _____

20- Com quem (Quantidade)? _____

21- Qual sua principal atividade de renda? E da sua família?

PARTE II

22- Como vivem atualmente? (Comparação com período anterior ao Porto)

23- As empresas oferecem algum benefício para você ou alguém da família?

24- Conhece algum projeto do Porto? Qual?

25- Qual sua perspectiva em relação ao Porto do Açu?

26- Conhece o empreendimento? Alguém da família trabalha ou já trabalhou?

27- Já participou ou participa de reuniões com representantes das empresas? (mediação de conflitos das “partes interessadas”)

28- Participa da associação de moradores?

29- Quais as dificuldades da localidade?

30- Nos últimos anos a qualidade de vida da localidade melhorou ou piorou?

31- A localidade possui serviços de saúde, educação e saneamento?

32- Alguma observação para destacar?

Apêndice V – FOTOS RETIRADAS NO CAMPO



Ação de limpeza de praia – Abraço.



Prédios da localidade de Mato Escuro e Barra do Açu.



Espaço de lazer do V distrito.